



2  
0  
1  
4

RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

# CÂMARA MUNICIPAL

## **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**

**António Gonçalves Bragança Fernandes**

## **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**

**António Domingos da Silva Tiago**

## **VEREADOR**

**Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga**

## **VEREADORA**

**Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho**

## **VEREADOR**

**Jorge Luís Ferreira Catarino**

## **VEREADOR**

**Mário Nuno Alves de Sousa Neves**

## **VEREADOR**

**Paulo Fernando de Sousa Ramalho**

## **VEREADORA**

**Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras**

## **VEREADORA**

**Marta Moreira de Sá Peneda**

## **VEREADORA**

**Ana Virgínia da Costa Pereira**

## **VEREADOR**

**Hernâni Avelino da Costa Ribeiro**

2


0

1

4

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL




2  
0  
1  
4

INDICE

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL.....</b>	<b>8</b>
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL.....	8
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS .....	9
ALTERAÇÕES E REVISÕES.....	9
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....	12
EXECUÇÃO DA RECEITA .....	13
EXECUÇÃO DA DESPESA.....	15
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM .....	20
Fluxos de Caixa .....	20
Contas de ordem .....	21
<b>ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>23</b>
ENQUADRAMENTO .....	24
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU .....	26
DÍVIDA TOTAL.....	26
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO .....	27
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO .....	29
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA .....	31
DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	32
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU .....	35
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL .....	36
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS .....	37
APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL .....	40
<b>ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA.....</b>	<b>44</b>
BALANÇO .....	46
ATIVO .....	47
Imobilizado .....	47
Circulante.....	49
Acréscimos e Diferimentos.....	51
PASSIVO .....	52
Dívidas a Terceiros.....	52
Acréscimos e Diferimentos.....	53
FUNDOS PRÓPRIOS .....	55
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	56
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	61
<b>RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC .....</b>	<b>66</b>



2  
0  
1  
4

INTRODUÇÃO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

## INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 77.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2014.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, encontra-se assim estruturado:

- No primeiro capítulo, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.



2  
0  
1  
4

ANÁLISE ORÇAMENTAL

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com vista a avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado, registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2014 é realizada com base nos dados produzidos em período análogo do ano anterior, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Pelo facto da inexistência de um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50%, como é o caso das rubricas que estão associadas a atividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande periodicidade.

## ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2014						
1º. SEMESTRE DE 2014						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	56.276.556	56.276.556	0	26.549.662	-29.726.894	47,18 %
Receitas de Capital	14.181.829	7.505.004	-6.676.825	285.933	-7.219.071	3,81 %
Outras Receitas	100	100	0	24.821	24.721	24820,84 %
Saldo da gerência anterior	0	6.676.825	6.676.825	6.676.825	0	100,00 %
<b>Total</b>	<b>70.458.485</b>	<b>70.458.485</b>	<b>0</b>	<b>33.537.241</b>	<b>-36.921.244</b>	<b>47,60 %</b>
Despesas Correntes	43.441.385	44.124.756	683.371	20.755.477	-23.369.279	47,04 %
Despesas de Capital	27.017.100	26.333.729	-683.371	10.830.884	-15.502.845	41,13 %
<b>Total</b>	<b>70.458.485</b>	<b>70.458.485</b>	<b>0</b>	<b>31.586.361</b>	<b>-38.872.124</b>	<b>44,83 %</b>

Un: Euros

O orçamento inicial do município para o exercício de 2014 foi aprovado pelo valor de 70.458.485 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 56.276.556 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 43.441.385 €

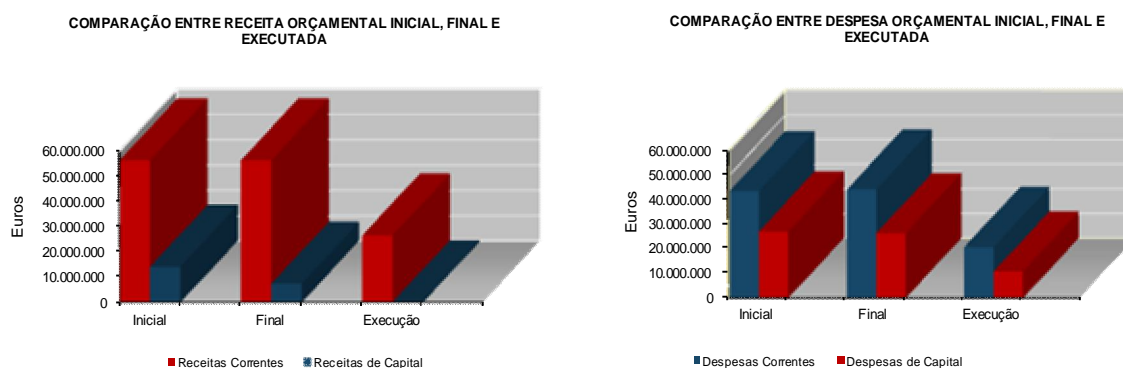
Para as rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 27.017.100 € e o da receita em 14.181.829 €, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

As dez modificações realizadas ao orçamento, sistematizadas no Quadro 2, consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na dotação global do orçamento.



Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 31.586.361 € e o total da receita cobrada a 33.537.241 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 45% e 48%, respetivamente.

**Gráfico 1**



## MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

### ALTERAÇÕES E REVISÕES

Em matéria de execução orçamental é recorrentemente necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista ajustar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão. Durante o ciclo em apreço foi necessário proceder a 10 modificações orçamentais, das quais 9 alterações e uma revisão, nos termos a seguir identificados

**Quadro 2**

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2014		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	9	1
Plano Plurianual de Investimentos	9	0
Plano de Atividades Mais Relevantes	9	1
Orçamento da Receita	1	0

Un: Número

Concentrando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, que se encontram sistematizados nos quadros seguintes que agregam as inscrições/reforços e as diminuições/anulações efetuadas ao valor inicial do orçamento, é possível retirar as conclusões a seguir enunciadas.

**Quadro 3**

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1º. SEMESTRE DE 2014								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>43.441.385</b>	<b>61,66%</b>	<b>3.773.096</b>	<b>3.089.725</b>	<b>44.124.756</b>	<b>62,63%</b>	<b>683.371</b>	<b>1,57%</b>
01 Despesas com o pessoal	19.450.700	27,61%	939.013	175.213	20.214.500	28,69%	763.800	3,93%
02 Aquisição de Bens e Serviços	17.625.450	25,02%	791513	1606.075	16.810.888	23,86%	-814.562	-4,62%
03 Juros e Outros Encargos	1026.900	1,46%	1450.907	250.000	2.227.807	3,16%	1200.907	16,94%
04 Transferências Correntes	3.285.050	4,66%	236.663	395.635	3.126.078	4,44%	-158.972	-4,84%
05 Subsídios	1291685	1,83%	0	660.802	630.883	0,90%	-660.802	-51,16%
06 Outras Despesas Correntes	761.600	1,08%	355.000	2.000	1.114.600	1,58%	353.000	46,35%
<b>Despesas Capital</b>	<b>27.017.100</b>	<b>38,34%</b>	<b>3.534.972</b>	<b>4.218.343</b>	<b>26.333.729</b>	<b>37,37%</b>	<b>-683.371</b>	<b>-2,53%</b>
07 Aquisição de Bens de Investimento	17.106.750	24,28%	3.522.822	3.652.600	16.976.972	24,10%	-129.778	-0,76%
08 Transferências de capital	2.602.400	3,69%	12.150	565.743	2.048.807	2,91%	-553.593	-21,27%
09 Ativos Financeiros	50.350	0,07%	0	0	50.350	0,07%	0	0,00%
10 Passivos Financeiros	7.253.050	10,29%	0	0	7.253.050	10,29%	0	0,00%
11 Outras Despesas de Capital	4.550	0,01%	0	0	4.550	0,01%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>70.458.485</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.308.068</b>	<b>7.308.068</b>	<b>70.458.485</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Un: Euros

Em consequência das nove alterações realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 7.308.068 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

A modificação positiva de maior significado, ponderando reforços e anulações, foi no âmbito das Despesas Correntes, na componente de “Juros e Outros Encargos”, para satisfazer compromissos no âmbito de pagamentos de juros.

Logo a seguir aparece a variação positiva de 3,93% anotada nas “Despesas com Pessoal” determinada pela necessidade de repor a redução salarial a todos os trabalhadores no corrente ano, atendendo que o Tribunal Constitucional, pelo Acórdão n.º 413/2014, considerou inconstitucional o art.º 33º. da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013, que aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Com um valor ligeiramente abaixo, também ocorreu uma modificação positiva nas “Outras Despesas Correntes”, de (+) 353.000 €, necessidade do reforço da rubrica “Outras”, para principalmente fazer face a pagamentos de natureza indemnizatória.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete-nos para a anulação de (-) 814.562 € na rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços”, fruto sobretudo do esforço de contenção de despesa nesta área.

Com valores inferiores, também ocorreram modificações negativas nas seguintes rubricas:

- “Subsídios” (-) 660.802 €
- “Transferências Correntes” (-) 158.972 €

Tais modificações na sua maioria tiveram como único objetivo reforçarem parte do grupo do “Juros e Outros Encargos”, em consequência das razões anteriormente expostas.

Quanto às das despesas de capital, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/ reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

No âmbito destas despesas, destacam-se as modificações negativas das quantias (-) 553.593 € e de (-) 129.778 €, respetivamente, assinaladas no grupo de “Transferências de Capital”, e “Aquisição de Bens de Investimento” realizadas a título excecional, que tiveram por finalidade reforçar parte do grupo das “Despesas com Pessoal”, pelos motivos já referidos.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos nenhuma das nove alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos, tendo o mesmo se verificado nas nove alterações efetuadas ao Plano das Atividades Mais Relevantes.

No que respeita à revisão efetuada ao Plano de Atividades Mais Relevantes, interessa referir que também não provocou qualquer impacto nas dotações globais, tendo como único objetivo incluir o seguinte projeto:

- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical, para o Concelho da Maia.

#### Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1º SEMESTRE DE 2014								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>56.276.556</b>	<b>79,87%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56.276.556</b>	<b>79,87%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
01 Impostos Diretos	33.495.000	47,54%	0	0	33.495.000	47,54%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	2.107.300	2,99%	0	0	2.107.300	2,99%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	863.900	1,23%	0	0	863.900	1,23%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.828.000	4,01%	0	0	2.828.000	4,01%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.552.756	19,24%	0	0	13.552.756	19,24%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.320.200	4,71%	0	0	3.320.200	4,71%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	109.400	0,16%	0	0	109.400	0,16%	0	0,00%
<b>Receitas Capital</b>	<b>14.181.829</b>	<b>20,13%</b>	<b>0</b>	<b>6.676.825</b>	<b>7.505.004</b>	<b>10,65%</b>	<b>-6.676.825</b>	<b>-47,08%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	9.775.843	13,87%	0	6.676.825	3.099.018	4,40%	-6.676.825	-68,30%
10 Transferência de Capital	4.215.486	5,98%	0	0	4.215.486	5,98%	0	0,00%
11 Ativos Financeiros	7.700	0,01%	0	0	7.700	0,01%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	182.800	0,26%	0	0	182.800	0,26%	0	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>100</b>	<b>0,00%</b>	<b>6.676.825</b>	<b>0</b>	<b>6.676.925</b>	<b>9,48%</b>	<b>6.676.825</b>	<b>6676824,56%</b>
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	6.676.825	0	6.676.825	9,48%	6.676.825	-
<b>TOTAL</b>	<b>70.458.485</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.676.825</b>	<b>6.676.825</b>	<b>70.458.485</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Un: Euros

A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve como finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 6.676.825 €, sem ter qualquer impacto na dotação global do orçamento ao proceder-se ao respetivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, com dotação excedentária, perante a repetida impossibilidade de concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 5

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
1.º SEMESTRE 2013					1.º SEMESTRE 2014			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	57.211.027	24.915.713	-32.295.314	43,55%	56.276.556	26.549.662	-29.726.894	47,18%
Receitas de Capital	9.566.501	1.057.865	-8.508.636	11,06%	7.505.004	285.933	-7.219.071	3,81%
Outras Receitas	100	5.752	5.652	5751,67%	100	24.821	24.721	24820,84%
Saldo da gerência anterior	6.788.773	6.788.773	0	100,00%	6.676.825	6.676.825	0	100,00%
<b>Total</b>	<b>73.566.400</b>	<b>32.768.102</b>	<b>-40.798.298</b>	<b>44,54%</b>	<b>70.458.485</b>	<b>33.537.241</b>	<b>-36.921.244</b>	<b>47,60%</b>
Despesas Correntes	45.119.190	19.647.830	-25.471.360	43,55%	44.124.756	20.755.477	-23.369.279	47,04%
Despesas de Capital	28.447.210	6.521.517	-21.925.693	22,92%	26.333.729	10.830.884	-15.502.845	41,13%
<b>Total</b>	<b>73.566.400</b>	<b>26.169.348</b>	<b>-47.397.052</b>	<b>35,57%</b>	<b>70.458.485</b>	<b>31.586.361</b>	<b>-38.872.124</b>	<b>44,83%</b>

Un: Euros

Avaliando o Quadro 5, conclui-se que, comparativamente com o período homólogo, os níveis e as taxas de execução orçamental da receita aumentaram no cômputo geral, sobretudo devido ao crescimento das receitas correntes, face à redução espelhada em matéria de receitas de capital, a que acresce igual comportamento do saldo da gerência anterior.

Relativamente à despesa, verifica-se um aumento dos valores de execução orçamental, no que toca às despesas correntes e de capital, acompanhado do aumento das respetivas taxas de execução.

## EXECUÇÃO DA RECEITA

Quadro 6

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2013	1.º Semestre 2014		Variação da Cobrança 2013/2014		
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
<b>Receitas Correntes</b>	<b>24.915.713</b>	<b>56.276.556</b>	<b>26.549.662</b>	<b>47,2%</b>	<b>1.633.949</b>	<b>6,6%</b>
<b>Impostos Diretos</b>	<b>13.091.106</b>	<b>33.495.000</b>	<b>14.716.831</b>	<b>43,9%</b>	<b>1.625.725</b>	<b>12,4%</b>
Imposto Municipal s/ Imóveis	8.472.898	21.028.200	9.584.705	45,6%	1.111.807	13,1%
Imposto Único de Circulação	1.533.243	2.949.400	1.673.004	56,7%	139.762	9,1%
Imposto Municipal s/ Transm Onerosas de Imóveis	2.103.051	4.190.200	1.380.801	33,0%	-722.250	-34,3%
Derrama	756.627	5.180.400	2.046.316	39,5%	1.289.689	170,5%
Impostos Abolidos	225.287	136.900	32.005	23,4%	-193.283	-85,8%
Impostos diretos diversos	0	9.900	0	0,0%	0	
<b>Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>2.005.581</b>	<b>2.971.200</b>	<b>1.281.240</b>	<b>43,1%</b>	<b>-724.341</b>	<b>-36,1%</b>
Mercados e Feiras	13.192	27.600	13.184	47,8%	-7	-0,1%
Loteamentos e Obras	897.025	1.404.300	288.746	20,6%	-608.279	-67,8%
Ocupação da Via Pública	690.932	805.400	665.227	82,6%	-25.706	-3,7%
Publicidade	125.691	140.000	83.932	60,0%	-41.759	-33,2%
Caça, uso e porte de arma	0	100	15	15,1%	15	
Multas e Outras Penalidades	163.246	348.000	129.187	37,1%	-34.059	-20,9%
Outros	115.495	245.800	100.950	41,1%	-14.546	-12,6%
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	<b>1.387.851</b>	<b>2.828.000</b>	<b>1.303.836</b>	<b>46,1%</b>	<b>-84.016</b>	<b>-6,1%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>6.581.127</b>	<b>13.552.756</b>	<b>7.308.961</b>	<b>53,9%</b>	<b>727.834</b>	<b>11,1%</b>
<b>Venda de bens e Serviços Correntes</b>	<b>1.788.175</b>	<b>3.320.200</b>	<b>1.859.625</b>	<b>56,0%</b>	<b>71.450</b>	<b>4,0%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>61.872</b>	<b>109.400</b>	<b>79.169</b>	<b>72,4%</b>	<b>17.297</b>	<b>28,0%</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.057.865</b>	<b>7.505.004</b>	<b>285.933</b>	<b>3,8%</b>	<b>-771.932</b>	<b>-73,0%</b>
Venda de Bens de Investimento	95.401	3.099.018	2.340	0,1%	-93.061	-97,5%
Transferências de Capital	957.103	4.215.486	279.828	6,6%	-677.275	-70,8%
Activos Financeiros	5.361	7.700	3.765	48,9%	-1.596	-29,8%
Passivos Financeiros	0	0	0		0	
Outras Receitas de Capital	0	182.800	0	0,0%	0	
<b>Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)</b>	<b>5.752</b>	<b>100</b>	<b>24.821</b>	<b>24820,8%</b>	<b>19.069</b>	<b>331,5%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>25.979.329</b>	<b>63.781.660</b>	<b>26.860.416</b>	<b>42,1%</b>	<b>881.087</b>	<b>3,4%</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>6.788.773</b>	<b>6.676.825</b>	<b>6.676.825</b>			
<b>Total da Receita com saldo da Gerência Anterior</b>	<b>32.768.102</b>	<b>70.458.485</b>	<b>33.537.241</b>	<b>47,6%</b>	<b>769.139</b>	<b>2,3%</b>

Un: Euros

Conclui-se, da análise ao Quadro 6, que a receita cobrada bruta relativa ao primeiro semestre de 2014, excluindo que seja o saldo da gerência anterior, atingiu o montante global de 26.860.416 €, pautando-se por um acréscimo de 3,4% face a igual período do ano transato.

A composição da receita total é, a exemplo de anos anteriores, caracterizada por um excelente desempenho da receita corrente, a absorver cerca de 99% da cobrança, em detrimento das receitas de capital, assumindo aquela, primordial importância no cenário de crescimento da receita total arrecadada ao exibir um aumento de (+)1.633.949 €, diluindo a tendência negativa das receitas de capital (-) 771.932 €

Destaca-se no âmbito das receitas correntes, a variação positiva ocorrida nas rubricas de *Impostos Diretos*, (+) 12,4% e das *Transferências Correntes* (+) 11,1%. Em sentido inverso, observam-se reduções nas rubricas de *Impostos Indirectos*, *Taxas Multas e Outras Penalidades* (-) 36,1%, e de *Rendimentos de propriedade*, (-) 6,1%. Apesar da diminuição dos *Impostos Indirectos*, *Taxas Multas e Outras Penalidades* ser significativa em termos de percentuais, o seu peso na receita corrente não permite influenciar o resultado deste aglomerado de receita.

Quanto às receitas de capital, caracterizam-se sistematicamente por baixas taxas de execução, 3,8% e fraca expressividade no cômputo geral da receita. Assim, no período em apreço, a diminuição de (-) 771.932 €, resultou essencialmente do comportamento das *Transferências de Capital*, cuja variação ascendeu a (-) 677.275 €, facto a que não será alheia a alteração da repartição do FEF que, de forma idêntica ao exercício anterior, beneficia a componente corrente em prejuízo da componente de capital, bem como o facto de em 2013, ter havido uma comparticipação da BRISA, para a Empreitada de Alargamento e Beneficiação da Autoestrada Porto/Amarante, Sublanço Águas Santas/Ermesinde e que no presente exercício não ter ocorrido.

No que toca aos *Impostos Diretos*, estes apresentam no 1.º semestre um aumento de (+) 1.625.725 € em relação a período homólogo, e assumem primordial importância ao avocarem cerca de 55% da totalidade da receita cobrada. À semelhança de relatos anteriores, destaca-se o Imposto Municipal s/ Imóveis, como sendo a maior fonte geradora de receita própria do município, apresentando uma subida de (+) 1.111.807 €, logo seguida da Derrama que, inesperadamente, continua com uma orientação francamente positiva, (+) 1.289.689 €, bem como o Imposto Único de Circulação que cresce (+) 139.762 €.

Por outro lado, no que concerne ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, a própria essência deste tipo de imposto implica que haja, devido à atual conjuntura económica, retração na aquisição de imóveis, o que traduz um decréscimo de (-) 722.250 €.

Em matéria de *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, a diminuição de (-) 724.341 €, deve-se ao facto de todas as suas componentes diminuírem, exceto a menos significativa, Caça, Uso e Porte de Arma, com um valor residual de 15 €. A principal responsável por esta prestação negativa é a rubrica de Loteamentos e Obras ao exibir um decréscimo de (-) 608.279 € proveniente quer de utentes coletivos quer de particulares. Contudo, importa também relevar que as rubricas remanescentes contribuem no seu conjunto com (-) 116.077 € para aquela orientação.

Quanto à *Venda de Bens e Serviços Correntes*, o incremento de (+) 71.450 €, é resultado das variações ocorridas nas suas componentes mais significativas designadamente, os *Serviços Sociais* e os *Serviços Desportivos*, que no total assumem um crescimento (+) 97.438,82 €. Os *Serviços Sociais* incluem os serviços de educação, CAF, SAF e refeições escolares e o acréscimo de receita cobrada nesta área está diretamente relacionada com a resolução de constrangimentos iniciais da implementação de um novo aplicativo informático na área da educação. No que concerne aos *Serviços Desportivos*, o incremento fica a dever-se às várias iniciativas levadas a cabo pelo município no âmbito da prossecução das suas competências.

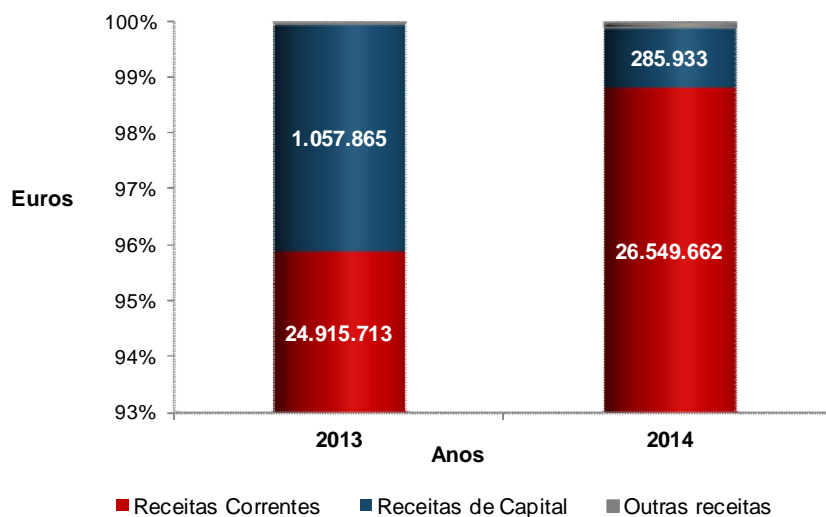
Em jeito de conclusão, refira-se que as receitas correntes afirmam-se neste período, uma vez mais, como sendo a principal componente da receita abarcando cerca de 99% das mesmas, e apresentam uma taxa de execução de 47,2%, de onde se destacam os *Impostos Indiretos* e as *Transferências Correntes*.

Em matéria de receitas de capital, estas assumem uma baixa taxa de execução 3,8% e um crescimento negativo (-) 73%, não sendo contudo a receita cobrada bruta afetada por este decréscimo, atento o seu baixo peso no total da receita, 1%.

O Gráfico 2 espelha a reduzida materialidade do restante tipo de receita perante as receitas correntes e o aumento do seu peso em 2014.

Gráfico 2

Composição da Receita - 1.º semestre



EXECUÇÃO DA DESPESA

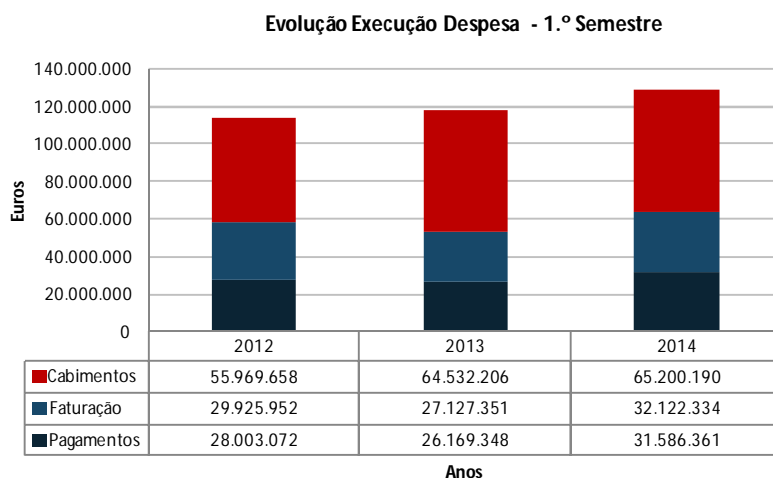
Quadro 7

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º Semestre													
	Dotações Corrigidas 2014	Cabimentos		Tx cresc 2013-2014	Faturação		Tx cresc 2013-2014	Pagamentos		Tx cresc 2013-2014	Tx Execução 2014		
		2013	2014		2013	2014		2013	2014		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos / Faturação
Pessoal	20.214.500	19.811.851	19.319.461	-2,5%	10.012.444	9.500.297	-5,1%	9.997.463	9.463.461	-5,3%	95,6%	49,0%	99,6%
Aquisição de Bens e Serviços	16.810.888	15.213.273	15.743.198	3,5%	6.879.936	7.787.902	13,2%	6.395.297	7.484.241	17,0%	93,6%	47,5%	96,1%
Juros e Outros Encargos	2.227.807	1.218.044	2.173.205	78,4%	560.714	1.629.224	190,6%	560.714	1.629.224	190,6%	97,5%	75,0%	100,0%
Transferências Correntes	3.126.078	2.207.400	2.823.786	27,9%	1.319.519	1.439.906	9,1%	1.283.905	1.439.415	12,1%	90,3%	51,0%	100,0%
Subsídios	630.883	1.749.991	181.692	-89,6%	1.049.991	121.296	-88,4%	1.049.991	121.296	-88,4%	28,8%	66,8%	100,0%
Outras Despesas Correntes	1.114.600	748.992	1.070.088	42,9%	436.682	695.411	59,2%	360.460	617.840	71,4%	96,0%	57,7%	88,8%
Total despesas correntes	44.124.756	40.949.551	41.311.430	0,9%	20.259.286	21.174.037	4,5%	19.647.830	20.755.477	5,6%	93,6%	50,2%	98,0%
Aquisição de Bens de Capital	16.976.972	13.040.521	14.922.892	14,4%	2.434.862	6.598.483	171,0%	2.212.003	6.579.507	197,4%	87,9%	44,1%	99,7%
Transferências de Capital	2.048.807	3.037.108	1.681.954	-44,6%	687.862	586.161	-14,8%	564.173	487.724	-13,6%	82,1%	29,0%	83,2%
Activos Financeiros	50.350	10.178	31.516	209,6%	0	11.975		0	11.975		62,6%	38,0%	100,0%
Passivos financeiros	7.253.050	7.494.849	7.252.398	-3,2%	3.745.342	3.751.678	0,2%	3.745.342	3.751.678	0,2%	100,0%	51,7%	100,0%
Outras Despesas de Capital	4.550	0	0		0	0		0	0		0,0%		
Total despesas capital	26.333.729	23.582.655	23.888.760	1,3%	6.868.066	10.948.297	59,4%	6.521.517	10.830.884	66,1%	90,7%	45,3%	98,9%
TOTAL	70.458.485	64.532.206	65.200.190	1,0%	27.127.351	32.122.334	18,4%	26.169.348	31.586.361	20,7%	92,5%	48,4%	98,3%
Un: Euros													

Un: Euros



**Gráfico 3**



Da observação dos dados do Quadro 7 verifica-se no final deste semestre, em relação ao período homólogo, um ligeiro aumento do total dos cabimentos, (+) 1%, acompanhado de um acréscimo da faturação total de (+) 18,4%, bem como dos próprios pagamentos que aumentam perto de (+) 21%, sendo qualquer um destes aumentos, no computo geral, influenciado pelo comportamento dos dois capítulos da despesa, correntes e de capital.

Ao nível dos cabimentos destaca-se principalmente o incremento das rubricas de *Aquisição de Bens de Capital* com um aumento de (+) 14,4%, e com menor materialidade, *Juros e Outros Encargos*, e *Transferências Correntes*.

Em sentido contrário, constata-se um decréscimo nas rubricas de *Subsídios a Empresas Municipais*, (-) 89,6%, nas *Transferências de Capital* (-) 44,6%, no *Pessoal* (-) 2,5%, consequência da redução remuneratória constante da LOE para 2014, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade da norma só produziu efeitos a partir do mês de junho, e na rubrica dos *Passivos Financeiros* (-) 3,2%.

Relativamente à despesa total faturada, esta ascendeu a 32.122.334 €, o que reflete um acréscimo global de (+) 4.994.983 €, (+) 18,4%, face ao período homólogo. Anota-se ainda que apenas 666.014 € é que se referem a faturação transitada do ano anterior.

Concorre para este aumento principalmente o comportamento verificado no agregado das despesas de capital, com a subida de (+) 59,4%, sendo a rubrica de *Aquisição de Bens de Capital* que contribui de forma decisiva para o desempenho global desse agrupamento, com uma variação que atingiu (+) 4.163.621 €.

Do lado das despesas de natureza corrente, cujo aumento foi de (+) 4,5%, verificou-se o acréscimo sobretudo das rubricas de *Juros e Outros Encargos* com (+) 1.068.510 € e *Aquisição de Bens e Serviços* (+) 907.966 €, seguindo-se com variações menos significativas as rubricas de *Outras Despesas Correntes* e *Transferências Correntes*, com um aumento global de (+) 379.116 €.

Com tendência inversa, a contribuir de forma negativa, temos as rubricas de *Subsídios* com um decréscimo de (-) 928.695 €, as despesas com *Pessoal* (-) 512.147 € e as *Transferências de Capital* com uma diminuição de (-) 101.701 €.

Em matéria de despesa paga, esta ascendeu a 31.586.361 €, apresentando um acréscimo de (+) 20,7%, comparativamente com o período homólogo, revelando uma excelente taxa de execução obtida nos pagamentos em relação à faturação, ao assumir no período em análise 98,3%, apurando-se que apenas 535.973 € do total faturado se encontra por pagar.

Atendendo à sua importância, prossegue-se de seguida a uma apreciação detalhada à nova despesa faturada, isto é, à faturação com origem no exercício de 2014, registando-se que face aos níveis pouco significativos da despesa transitada, permanece o sentido global das conclusões atrás identificadas.

**Quadro 8**

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA						
1.º Semestre						
	2013		2014		Variação da Nova Faturação 2013/2014	
	Transitada de 2012	Nova Faturação Junho	Transitada de 2013	Nova Faturação Junho	Valor	Taxa Crescimento
Pessoal	56.761	9.955.684	837	9.499.460	-456.223	-4,6%
Aquisição de Bens e Serviços	329.821	6.550.115	462.806	7.325.096	774.981	11,8%
Juros e Outros Encargos	0	560.714	0	1.629.224	1.068.510	190,6%
Transferências Correntes	9.049	1.310.470	4.865	1.435.041	124.571	9,5%
Subsídios	0	1.049.991	0	121.296	-928.695	-88,4%
Outras Despesas Correntes	76.164	360.517	75.520	619.891	259.374	71,9%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>471.794</b>	<b>19.787.491</b>	<b>544.027</b>	<b>20.630.010</b>	<b>842.518</b>	<b>4,3%</b>
Aquisição de Bens de Capital	59.223	2.375.639	121.987	6.476.496	4.100.857	172,6%
Transferências de Capital	0	687.862	0	586.161	-101.701	-14,8%
Activos Financeiros	0	0	0	11.975	11.975	-
Passivos financeiros	0	3.745.342	0	3.751.678	6.337	0,2%
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	-
<b>Total despesas capital</b>	<b>59.223</b>	<b>6.808.843</b>	<b>121.987</b>	<b>10.826.310</b>	<b>4.017.468</b>	<b>59,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>531.018</b>	<b>26.596.334</b>	<b>666.014</b>	<b>31.456.320</b>	<b>4.859.986</b>	<b>18,3%</b>

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

Como é dado a observar no Quadro 8 a faturação nova realizada em 2014, ascendeu a 31.456.320 €, traduzindo uma variação de 18,3%, (+) 4.859.986 €, comparativamente ao semestre do ano transato, impulsionada na sua maioria pelas despesas de capital, cujo acréscimo foi de (+) 59%, destacando-se o contributo dos investimentos realizados em *Aquisição de Bens de Capital* que isoladamente contribuem com mais (+) 4.100.857 €, bem como pelas despesas de natureza corrente que evidenciam um aumento de (+) 4,3%, sobressaindo neste agregado económico as rubricas dos *Juros e Outros Encargos* com um aumento de (+) 1.068.510 € e a *Aquisição de Bens e Serviços* com (+) 774.981 €.

Quanto ao acréscimo das despesas em *Aquisição de Bens de Capital* é explicado na íntegra pela faturação e pagamento da empreitada de “ Construção do Parque Urbano de Avioso”, assim como o incremento verificado em juros e outros encargos.

No que se refere à *Aquisição de Bens e Serviços*, posteriormente analisada com maior detalhe, o acréscimo repercute -se em ambas as áreas.

Em sentido oposto assinala-se a diminuição dos *Subsídios* com (-) 928.695 €, *Despesas com Pessoal* com (-) 456.223 €, e *Transferências de Capital* com (-) 101.701 €, valores que embora conjuntamente relevantes, não invertem a tendência global de crescimento assinalada.

Dada a importância da *Aquisição de Bens e Serviços* no cômputo global da despesa faturada nova, proceder-se-á de seguida a uma análise das suas duas componentes *Aquisição de Bens* e *Aquisição de Serviços*, como é visível nos quadros seguintes.

**Quadro 9**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1º Semestre				
	2013	2014	Variação 2013/2014	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1.188.490	1.184.622	-3.868	-0,3%
Limpeza e higiene	7.1961	44.948	-27.013	-37,5%
Conservação de bens	149.262	145.022	-4.240	-2,8%
Locação de edifícios	0	0	0	-
Locação de material de informática	0	0	0	-
Locação de outros bens	173.984	246.833	72.849	41,9%
Comunicações	130.056	135.886	5.829	4,5%
Transportes	178.384	199.997	21.613	12,1%
Representação dos serviços	9.429	8.717	-712	-7,6%
Seguros	27.619	92.312	64.692	234,2%
Deslocações e estadas	7.150	8.159	1.008	14,1%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	69.636	106.935	37.299	53,6%
Formação	4.105	3.762	-343	-8,3%
Seminários, exposições e similares	575	15.308	14.733	2561,1%
Publicidade	41.358	36.011	-5.346	-12,9%
Vigilância e segurança	254.187	266.183	11.996	4,7%
Assistência técnica	259.996	238.487	-21.509	-8,3%
Outros trabalhos especializados	1064.440	1260.056	195.616	18,4%
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	-
Serviços de saúde	10.750	11.700	950	8,8%
Outros serviços especializados	0	0	0	-
Encargos de cobrança de receitas	309.678	312.521	2.843	0,9%
Outros serviços				
Iluminação pública	1258.295	1402.638	144.343	11,5%
Outros serviços	180.250	154.069	-26.180	-14,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.389.605</b>	<b>5.874.165</b>	<b>484.561</b>	<b>9,0%</b>

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

A despesa faturada com aquisição de bens, não obstante a redução verificada em algumas das suas componentes, apresenta neste período um aumento de (+) 290.420 €, que corresponde a uma variação de (+) 25%. Tal resultado advém essencialmente do comportamento da rubrica de *Alimentação – Refeições Confeccionadas* que isoladamente apresentou um acréscimo de (+) 184.282 €. Esta rubrica engloba o fornecimento de refeições nas Escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho da Maia, estando o volume de faturação do período influenciado pela faturação do final do ano de 2013, que foi refletida no início de 2014.

A contribuir também para o cenário de acréscimo deste agrupamento de despesa, embora sem a mesma expressividade, aparecem ainda as rubricas de *Material de Educação Cultura e Recreio*, *Outros Bens*, *Vestuário e Artigos Pessoais*, e *Matérias-primas e Subsidiárias*, que de forma agregada contribuem para o resultado final com (+) 98.357 €

Em contraciclo, sobressai, embora com pouca materialidade, a rubrica de *Combustíveis e Lubrificantes – Outros*, com (-) 9.482 €, seguindo-se as rubricas de *Produtos Químicos e Farmacêuticos*, *Material de Transporte* e *Outro Material*, que na sua globalidade contribuem com (-) 3.760 €, sendo contudo manifestamente insuficiente para compensar o acréscimo constatado neste agregado de despesa.

**Quadro 10**

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
1º Semestre				
	2013	2014	Variação 2013/2014	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Encargos de instalações	1.188.490	1.184.622	-3.868	-0,3%
Limpeza e higiene	7.1961	44.948	-27.013	-37,5%
Conservação de bens	149.262	145.022	-4.240	-2,8%
Locação de edifícios	0	0	0	
Locação de material de informática	0	0	0	
Locação de outros bens	173.984	246.833	72.849	41,9%
Comunicações	130.056	135.886	5.829	4,5%
Transportes	178.384	199.997	21.613	12,1%
Representação dos serviços	9.429	8.717	-712	-7,6%
Seguros	27.619	92.312	64.692	234,2%
Deslocações e estadas	7.150	8.159	1.008	14,1%
Estudos, pareceres, projectos e consultoria	69.636	106.935	37.299	53,6%
Formação	4.105	3.762	-343	-8,3%
Seminários, exposições e similares	575	15.308	14.733	2561,1%
Publicidade	41.358	36.011	-5.346	-12,9%
Vigilância e segurança	254.187	266.183	11.996	4,7%
Assistência técnica	259.996	238.487	-21.509	-8,3%
Outros trabalhos especializados	1064.440	1260.056	195.616	18,4%
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	S/Var
Serviços de saúde	10.750	11.700	950	8,8%
Outros serviços especializados	0	0	0	
Encargos de cobrança de receitas	309.678	312.521	2.843	0,9%
Outros serviços				
Iluminação pública	1258.295	1402.638	144.343	11,5%
Outros serviços	180.250	154.069	-26.180	-14,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.389.605</b>	<b>5.874.165</b>	<b>484.561</b>	<b>9,0%</b>

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2014 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

Também a despesa faturada com aquisição de serviços, apesar da diminuição registada em várias das suas rubricas, apresenta no período em análise, um acréscimo de (+) 9%, (+) 484.561 €, influenciado sobremaneira pelas variações ocorridas nas rubricas de *Outros Trabalhos Especializados*, com uma variação de (+) 195.616 €, seguida da *Iluminação Pública* com um aumento de (+) 144.343 €

No que toca aos Outros Trabalhos Especializados, a variação ocorrida, encontra-se justificada sobretudo pela aquisição de serviços de organização e produção da 20.ª Edição do Festival de Música da Maia e pela realização de eventos, provas e torneios e outras atividades levadas a efeito no âmbito da Maia Cidade Europeia do Desporto (MCED).

Relativamente ao incremento assinalado na faturação da *Iluminação Pública*, decorre do aumento do custo da própria tarifa, apesar do esforço que já tem vindo a ser desenvolvido pelos serviços municipais, no sentido da redução dos consumos desta natureza.

A contribuírem de forma menos significativa, face ao montante total de nova faturação de Aquisição de Serviços, surgem as rubricas de *Locação de Outros Bens*, *Seguros*, *Estudos*, *Pareceres Projetos e Consultadoria*, *Transportes*, que no seu conjunto apresentam uma variação positiva de (+) 196.454 €

A atenuar o crescimento das rubricas mencionadas anteriormente, destaca-se o decréscimo da faturação dos itens *Limpeza e Higiene* (-) 37,5%, *Outros Serviços* (-) 14,5%, *Assistência Técnica* (-) 8,3%, que na sua globalidade conferem uma diminuição de (-) 74.702 € nos níveis da despesa.

## FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

### Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

Note-se que as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

Quadro 11

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1º Semestre de 2014				
Recebimentos		Pagamentos		
<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>10.715.374</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>	<b>31.586.361</b>
Execução Orçamental	6.676.825		Correntes	20.755.477
Operações de Tesouraria	353.650		Capital	10.830.884
Cauções em dinheiro	3.684.899			
<b>Receitas Orçamentais</b>	<b>26.860.416</b>	<b>Despesas não Orçamentais</b>		<b>1.861.072</b>
Correntes	26.549.662	Operações de Tesouraria	1.723.765	
Capital	285.933	Cauções em dinheiro	137.306	
Outras	24.821			
<b>Dotações não orçamentais</b>	<b>1.990.123</b>	<b>Saldo para o início do 2º Semestre</b>		<b>6.118.480</b>
Operações de Tesouraria	1.929.512	Execução Orçamental	1.950.880	
Cauções em dinheiro	60.611	Operações de Tesouraria	559.397	
		Cauções em dinheiro	3.608.203	
<b>Total</b>	<b>39.565.913</b>	<b>Total</b>	<b>39.565.913</b>	

Unidade: Euros

O Quadro 11 reproduz uma síntese dos fluxos monetários ocorridos durante o 1º semestre de 2014, refletindo a relação dos diversos recebimentos e pagamentos orçamentais e não orçamentais efetuados, que permite retirar as seguintes conclusões:

- Do total de recebimentos executados no valor de 28.850.539 €, são provenientes de receitas orçamentais 26.860.416 € e respeitam a operações de tesouraria e cauções em dinheiro 1.990.123 €, quase todo imputável às operações de tesouraria, uma vez que as cauções estão circunscritas a 60.611 €
- Do total de pagamentos realizados no valor de 33.447.433 €, correspondem a pagamentos de natureza orçamental 31.586.361 € e a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, 1.861.072 €, onde continua a ser preponderante o peso das operações de tesouraria que perfazem 1.723.765 €
- Como resultado dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo a transitar para o 2.º semestre de 2014 fixou-se em 6.118.480 €, refletindo uma diminuição de (-) 4.596.894 € face ao transitado da gerência anterior, em resultado da maior dinâmica em matéria de pagamentos.

**Gráfico 4**



### Contas de ordem

Na linha da orientação do Tribunal de Contas, nas contas de ordem só devem estar refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. As mesmas não produzem efeitos imediatos no património da Autarquia, podendo porém traduzir-se em modificações futuras caso venham a ser exigidas ou acionadas. Em conformidade, no Quadro 12 estão excluídas as cauções em dinheiro que estão quantificadas no mapa de fluxos de caixa.

## Quadro 12

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM				
1º Semestre de 2014				
<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>32.513.138</b>	<b>Garantias accionadas</b>	<b>0</b>
Garantias:				
A favor da autarquia	25.506.994		<b>Garantias devolvidas</b>	<b>595.225</b>
A favor de terceiros	5.437.928		A favor da autarquia	595.225
Recibos para cobrança	1.568.217		A favor de terceiros	
<b>Garantias prestadas no 1º Semestre 2014</b>		<b>567.651</b>	<b>Receita virtual cobrada</b>	<b>0</b>
A favor da autarquia	567.651		<b>Receita virtual anulada</b>	<b>0</b>
A favor de terceiros				
<b>Receita virtual liquidada no 1º Semestre 2014</b>		<b>0</b>	<b>Saldo para o Inicio do 2º Semestre 2014</b>	<b>32.485.565</b>
			Garantias:	
			A favor da autarquia	25.479.420
			A favor de terceiros	5.437.928
			Recibos para cobrança	1.568.217
<b>Total</b>		<b>33.080.790</b>	<b>Total</b>	<b>33.080.790</b>

Unidade: Euros

Refira-se que durante o primeiro semestre de 2014 não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros, pelo que o valor se mantém, totalizando 5.437.928 €, nos termos a seguir reconhecidos:

- a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.

No que concerne às garantias prestadas por terceiros a favor da autarquia registaram-se movimentos em ambos os sentidos de montantes quase similares. Assim o montante de novas garantias prestadas ao município atingiu o valor de 567.651 €, em contrapartida, foram libertadas garantias no montante de 595.225 €, pelo que o saldo final de garantias prestadas ao município mantém-se aproximado ao verificado no final de 2013, totalizando 25.479.420 €.

No âmbito das garantias devolvidas, importa anotar que cerca de 50% desse valor reporta-se à prestada pela Maiambiente pelo bom e integral cumprimento do contrato de Gestão 2011/2013.





2  
0  
1  
4

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

## **ENQUADRAMENTO**

Uma das características da Nova Gestão Pública é a preocupação generalizada com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A confirmação de todo um processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica tem surgido através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local, cujas repercussões ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos têm sido notórias.

Neste exercício de 2014, mais uma vez se verificam mudanças significativas neste domínio, por força da entrada em vigor do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e que contém alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

No que se refere ao endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

É ainda alterada a forma de cálculo do limite de endividamento total de cada município, que passa a ter como limite 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Por outro lado, com as alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município passam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

▪ **Endividamento - *Lato Sensu***

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Por último, avalia-se o posicionamento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal, face aos limites legalmente impostos.

Neste domínio e pelas razões anteriormente expostas, não é de todo aplicável qualquer tipo de análise comparativa com as anteriores gerências.

## ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

A apreciação vertida neste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço individual do município, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não fundam no período em referência efetivas obrigações.

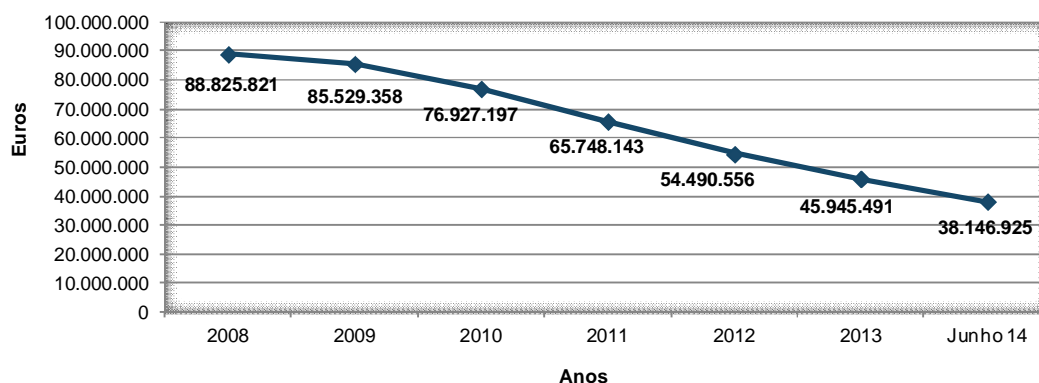
## DÍVIDA TOTAL

Quadro 13

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL								VARIAÇÃO	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	30-Jun-2014	Junho 14/2013	Junho 14/2008
Dívida de Médio e Longo Prazo	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	44.887.283	37.180.969	33.323.558	-3.857.411	-28.864.080
Dívida de Curto Prazo	26.638.183	17.619.615	16.685.700	13.180.487	9.603.273	8.764.522	4.823.367	-3.941.155	-21.814.816
<b>Dívida Total</b>	<b>88.825.821</b>	<b>85.529.358</b>	<b>76.927.197</b>	<b>65.748.143</b>	<b>54.490.556</b>	<b>45.945.491</b>	<b>38.146.925</b>	<b>-7.798.566</b>	<b>-50.678.896</b>
<b>Taxa de crescimento da dívida</b>									
Médio e longo prazo	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-15,7%	-17,0%	-17,0%	-57,1%
Curto prazo	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-17,2%	-10,4%	-10,4%	-46,4%
Curto prazo	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-8,7%	-45,0%	-45,0%	-81,9%

Gráfico 5

### EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL



Tendo em conta a evolução dos dados retratados no Quadro 13, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2008-2014, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar, quase sempre, entre oito a onze milhões de euros, volumes consideráveis num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos, que originou quebras de receita significativas.

Os primeiros seis meses do ano 2014 confirmam esta tendência de forma ainda mais expressiva, comparativamente à variação registada no relato semestral de 2013, especificamente na dívida de curto prazo, uma vez que o valor global da dívida individual do município, ao totalizar 38.146.925 €, regista menos (-) 7.798.566 € que no final da gerência de 2013, evidenciando assim um decréscimo de (-) 17%, repartido analogamente pelas duas componentes da dívida, não obstante a inequívoca maior representatividade do volume da dívida de médio e longo prazo.

Do total da dívida individual do município reportada a 30 de junho de 2014, 33.323.558 € são de natureza e médio e longo prazo, e apenas 4.823.367€ de natureza de curto prazo, quantitativos que, face aos valores apurados no final do ano transato, traduzem reduções de (-) 10% e de (-) 45%, respetivamente.

Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem pautado por demarcado sucesso.

Com efeito, em forte contexto de crise económica, de profunda austeridade e de expressiva quebra de receita, o total da dívida individual municipal entre 2008 e 2014 sofreu uma diminuição superior a 50 milhões de euros (de 88.825.821 € para 38.146.925 €), o que comprova que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

### DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

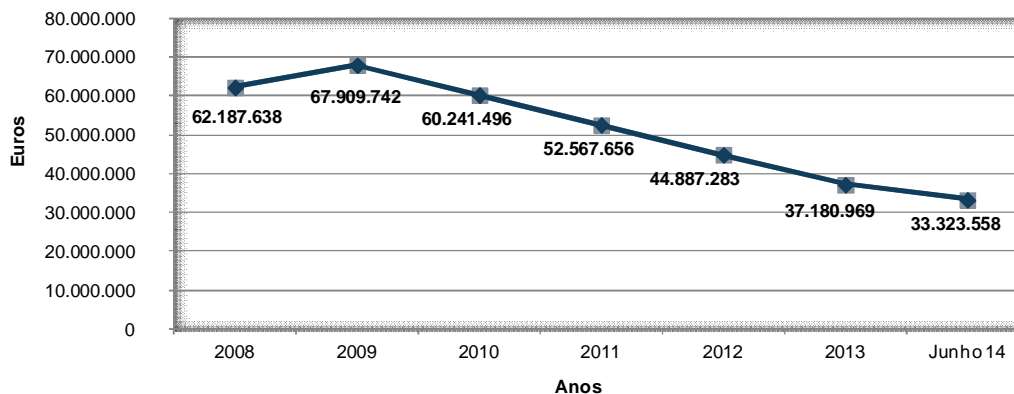
Na ausência de qualquer novo empréstimo neste exercício, a análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

**Quadro 14**

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Junho 14
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>60.443.050</b>	<b>66.376.618</b>	<b>58.919.838</b>	<b>51.457.464</b>	<b>43.988.556</b>	<b>36.493.707</b>	<b>32.742.029</b>
<b>Empréstimos destinados a finalidades diversas</b>	<b>38.021.442</b>	<b>45.012.098</b>	<b>38.704.490</b>	<b>32.396.882</b>	<b>26.089.274</b>	<b>19.781.666</b>	<b>16.627.862</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097	10.912.570	8.127.044	6.734.280
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912	7.900.295	5.883.677	4.875.368
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do FREDE - 12.545.533		<b>11.792.801</b>	<b>10.287.337</b>	<b>8.781.873</b>	<b>7.276.409</b>	<b>5.770.945</b>	<b>5.018.213</b>
Banco Santander Totta		6.774.588	5.269.124	3.763.660	2.258.196	752.732	0
Estado		5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
<b>Empréstimos destinados à Habitação Social</b>	<b>22.421.608</b>	<b>21.364.520</b>	<b>20.215.348</b>	<b>19.060.581</b>	<b>17.899.282</b>	<b>16.712.041</b>	<b>16.114.167</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.295.123	5.142.449
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.166.447	3.029.328
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.250.471	7.942.391
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1.744.589</b>	<b>1.533.123</b>	<b>1.321.658</b>	<b>1.110.193</b>	<b>898.727</b>	<b>687.262</b>	<b>581.530</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727	687.262	581.530
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>62.187.639</b>	<b>67.909.741</b>	<b>60.241.496</b>	<b>52.567.656</b>	<b>44.887.283</b>	<b>37.180.969</b>	<b>33.323.558</b>
<b>Taxa de crescimento</b>	<b>-8,8%</b>	<b>9,2%</b>	<b>-11,3%</b>	<b>-12,7%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-17,2%</b>	<b>-10,4%</b>

Un: Euros

**Gráfico 6**  
**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO**



Conforme se pode analisar no Quadro 14, nos primeiros seis meses do ano 2014 a dinâmica é no sentido da diminuição da dívida de médio e longo prazo, que ao totalizar 33.323.558 €, regista menos (-) 3.857.411 € que no final do exercício de 2013, o que representa um decréscimo na ordem dos (-) 10%.

Em termos de evolução do passivo desta natureza é visível uma tendência clara de diminuição que remonta a 2008, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, apenas interrompida em 2009 por força do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), sendo notório que, ano após ano, aumentam os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos que destinados a finalidades diversas.

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de 1.392.764 € no valor da dívida, logo seguida do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de 1.008.309 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 752.732 € do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável à instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado apenas inicia o seu período de amortização no segundo semestre deste ano, mais concretamente em 15 de dezembro.

Em matéria de empréstimos destinados à habitação social, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos contratualizados junto da CGD, ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 445.200 €, sendo os demais empréstimos denominados de “complemento PER”, presentemente contratados com o Banco Bilbao Vizcaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo”, levada a cabo em 2007, estes responsáveis por uma redução de (-) 152.674 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, apenas decorrentes da responsabilidade assumida pelo município na sequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do

Pavilhão Gimnodesportivo de São Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis pela redução de (-) 105.732 € no endividamento de médio e longo prazo.

### SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Tendo por fim avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente com juros e respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se o Quadro 15, ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2014, face a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

**Quadro 15**

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	30-Jun-14	30-Jun-13	VARIAÇÃO	
			Valor	%
<b>Empréstimos destinados a finalidades diversas (1)</b>	<b>3.442.390</b>	<b>3.556.685</b>	<b>-114.295</b>	<b>-3,2%</b>
Amortizações	3.153.804	3.153.804	0	0,0%
Juros	288.586	402.881	-114.295	-28,4%
<b>Empréstimos destinados à Habitação Social (2)</b>	<b>719.168</b>	<b>724.112</b>	<b>-4.944</b>	<b>-0,7%</b>
Amortizações	597.874	591.538	6.336	1,1%
Juros	121.294	132.574	-11.280	-8,5%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)</b>	<b>106.881</b>	<b>107.113</b>	<b>-232</b>	<b>-0,2%</b>
Amortizações	105.733	105.733	0	0,0%
Juros	1.148	1.381	-232	-16,8%
<b>Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)</b>	<b>4.268.439</b>	<b>4.387.910</b>	<b>-119.471</b>	<b>-2,7%</b>
Amortizações	3.857.411	3.851.075	6.337	0,2%
Juros	411.028	536.836	-125.808	-23,4%
<b>Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>-2,7%</b>			
Amortizações	0,2%			
Juros	-23,4%			
<b>Juros / Receita Total Cobrada</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,1%</b>		
<b>Juros / Despesa Total Paga</b>	<b>1,3%</b>	<b>2,1%</b>		
<b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>	<b>3,8%</b>	<b>8,2%</b>		
<b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>	<b>15,9%</b>	<b>16,9%</b>		
<b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>	<b>13,5%</b>	<b>16,8%</b>		

Un: Euros

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento cíclico identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo. Os encargos financeiros para o município representam nestes primeiros seis meses do ano, 15,9% da receita total cobrada, e 13,5% da despesa total paga, o que, apesar de espelhar uma redução face a período homólogo, pode ser considerado um valor muito significativo num contexto de apertada gestão de disponibilidades.

É de igual modo perceptível que tal comportamento é sobretudo devido à redução do peso dos juros da dívida pública municipal, já que o montante amortizado por conta dos empréstimos destinados à habitação social aumentou ligeiramente e a receita cobrada reduziu substancialmente.

Esta tendência, não obstante a redução das taxas de juro, decorre da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, associado ao facto do município não ter contratado mais nenhum financiamento.



Mais uma vez, no peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca 90% do seu valor global.

No Quadro 16 insere-se o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo no semestre findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2014, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

**Quadro 16**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado no 1.º semestre de 2014			Previsto para o 2.º semestre de 2014		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1392.763	163.336	1556.099	1392.763	16.500	1409.263
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	1008.309	118.297	1.126.606	1008.309	11.945	1.020.254
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € <i>PREDE</i>	752.732	6.953	759.685	0	0	0
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT), de 7.527.320,43 € <i>PREDE</i>			0	501.821	12.755	514.576
<b>Sub Total</b>	<b>3.153.804</b>	<b>288.586</b>	<b>3.442.390</b>	<b>2.902.893</b>	<b>41.200</b>	<b>2.944.094</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	152.674	105.741	258.415	153.080	13.070	166.151
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C.G.D - até 7.481.968,46 €	137.119	4.332	141.452	137.180	4.413	141.593
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C.G.D - até 21.077.411,44 €	308.081	11.221	319.302	308.209	11.416	319.624
<b>Sub Total</b>	<b>597.874</b>	<b>121.294</b>	<b>719.168</b>	<b>598.469</b>	<b>28.899</b>	<b>627.368</b>
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	1.148	106.881	105.733	1.021	106.753
<b>Sub Total</b>	<b>105.733</b>	<b>1.148</b>	<b>106.881</b>	<b>105.733</b>	<b>1.021</b>	<b>106.753</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.857.411</b>	<b>411.028</b>	<b>4.268.439</b>	<b>3.607.095</b>	<b>71.120</b>	<b>3.678.215</b>

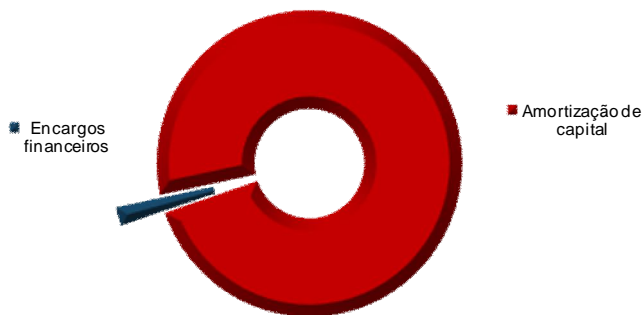
Un: Euros

A estrutura do serviço de dívida para o segundo semestre de 2014 permanece similar à do primeiro semestre, nomeadamente quanto às amortizações, o que aliado ao facto de não ter sido contratado mais nenhum empréstimo, explica que o peso do serviço de dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas continue a ser expressivo, apesar de reduzir ligeiramente.

O maior montante de encargos, no valor de 1.556.099 €, respeita ao empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, sucedendo-se o empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento, cujo valor ascende a 1.126.606 €. Relativamente aos empréstimos destinados à habitação social, o maior volume do serviço da dívida continua a estar indexado aos empréstimos realizados com a CGD, ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER2.

**Gráfico 7**

**COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA**  
Previsão para o 2.º semestre de 2014



## COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 17 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2014 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo.

Quadro 17

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	30-Jun-14		31-Dez-13	
	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>27.357.222</b>	<b>82,10%</b>	<b>30.227.387</b>	<b>81,30%</b>
<b>Empréstimos Bancários de MLP</b>	<b>26.987.158</b>	<b>80,99%</b>	<b>29.751.590</b>	<b>80,02%</b>
<b>Empréstimos destinados a finalidades diversas</b>	<b>12.072.075</b>	<b>36,23%</b>	<b>14.226.790</b>	<b>38,26%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BTA no montante de 29.927.873,82	4.673.827	14,03%	5.341.517	14,37%
Empréstimo Bancário de M.L.P. com BPI no montante de 20.000.000	3.383.677	10,15%	3.867.060	10,40%
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo do PREDE - 12.545.533	4.014.570	12,05%	5.018.213	13,50%
Banco Santander Totta	0	0,00%	0	0,00%
Estado	4.014.570	12,05%	5.018.213	13,50%
<b>Empréstimos destinados à Habitação Social</b>	<b>14.915.083</b>	<b>44,76%</b>	<b>15.524.801</b>	<b>41,75%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.834.575	14,51%	4.994.481	13,43%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D. - no montante de 7.481.968,46€	2.754.825	8,27%	2.893.031	7,78%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D. - até 21.007.737,65	7.325.683	21,98%	7.637.288	20,54%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>370.064</b>	<b>1,11%</b>	<b>475.797</b>	<b>1,28%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	370.064	1,11%	475.797	1,28%
		0,00%		
<b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>5.966.336</b>	<b>17,90%</b>	<b>6.953.582</b>	<b>18,70%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>5.754.871</b>	<b>17,27%</b>	<b>6.742.117</b>	<b>18,13%</b>
<b>Empréstimos destinados a finalidades diversas</b>	<b>4.555.787</b>	<b>13,67%</b>	<b>5.554.876</b>	<b>14,94%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.060.453	6,18%	2.785.527	7,49%
Empréstimo Bancário de M.L.P. com BPI no montante de 20.000.000	149.169	4,48%	2.016.618	5,42%
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo do PREDE - 12.545.533	1.003.643	3,01%	752.732	2,02%
Banco Santander Totta	0	0,00%	752.732	2,02%
Estado	1.003.643	3,01%	0	0,00%
<b>Empréstimos destinados à Habitação Social</b>	<b>1.199.084</b>	<b>3,60%</b>	<b>1.187.241</b>	<b>3,19%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	307.873	0,92%	300.642	0,81%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D. - no montante de 7.481.968,46€	274.503	0,82%	273.416	0,74%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D. - até 21.007.737,65	616.708	1,85%	613.183	1,65%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>211.465</b>	<b>0,63%</b>	<b>211.465</b>	<b>0,57%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,63%	211.465	0,57%
		0,00%		
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>33.323.558</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.180.969</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros

Considerando o atual enquadramento legal em matéria de endividamento municipal, atentos os valores apurados comprova-se que, do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, cerca de 49% são empréstimos destinados à habitação social, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, sendo a sua grande maioria com crédito bonificado, para um período de 25 anos.

Para finalizar, apresenta-se o Quadro 18, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2014.

**Quadro 18**

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-Dez-14		
	Valor	Peso
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>29.240.666</b>	<b>98%</b>
<b>Empréstimos destinados a finalidades diversas</b>	<b>13.724.968</b>	<b>46%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	5.341.517	18%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPIno montante de 20.000.000	3.867.060	13%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	4.516.392	15%
Banco Santander Totta	0	0%
Estado	4.516.392	15%
<b>Empréstimos destinados à Habitação Social</b>	<b>15.515.698</b>	<b>52%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.989.368	17%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	2.892.148	10%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	7.634.182	26%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>475.797</b>	<b>2%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	475.797	2%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>29.716.463</b>	<b>100%</b>

Un: Euros

## DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 19, seguinte.

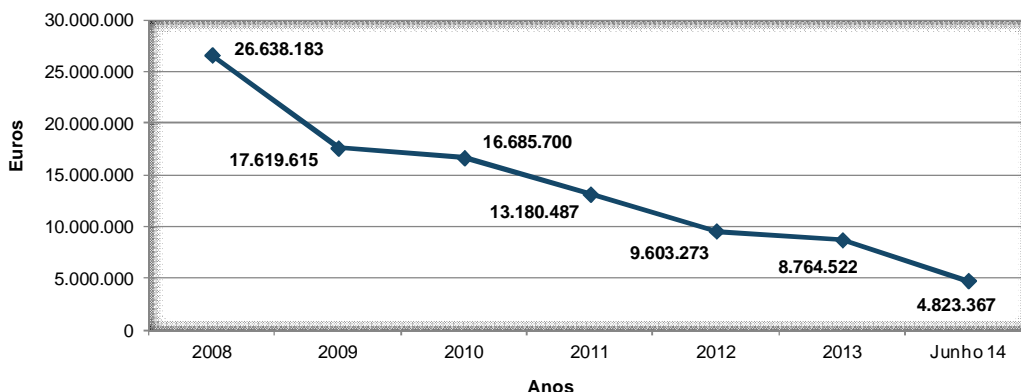
**Quadro 19**

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO									VARIÇÃO	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	30-Jun-14		Junho 14 / 2013	Junho 14 / 2008
							Valor	Peso		
Fornecedores c/c	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	420.347	507.238	877.406	18,2%	370.169	-2.857.877
Fornecedores imobilizado	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	673.670	4.857.836	381.487	7,9%	-4.476.349	-16.039.545
Outros credores	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	8.509.256	3.399.448	3.564.473	73,9%	165.025	-2.917.395
Estado	14.195	0	12.684	0	0	0	2.553	0,1%	2.553	-11.642
Credores de Transferências das Autarquias	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	3.467.979	3.176.146	3.327.006	69,0%	150.861	-2.521.076
Credores por Investimentos Financeiros	0	0	15.125	99.760	99.760	99.760	111.860	2,3%	12.100	111.860
Credores Diversos	619.591	499.850	281.233	577.977	4.941.518	123.543	123.055	2,6%	-488	-496.536
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>26.638.183</b>	<b>17.619.615</b>	<b>16.685.700</b>	<b>13.180.487</b>	<b>9.603.273</b>	<b>8.764.522</b>	<b>4.823.367</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3.941.155</b>	<b>-21.814.816</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>-18,9%</b>	<b>-33,9%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-27,1%</b>	<b>-8,7%</b>	<b>-45,0%</b>		<b>-45,0%</b>	<b>-81,9%</b>
Fornecedores c/c	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%	-66,6%	20,7%	73,0%		73,0%	-76,5%
Fornecedores imobilizado	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%	-89,7%	621,1%	-92,1%		-92,1%	-97,7%
Outros credores	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%	58,9%	-60,0%	4,9%		4,9%	-45,0%

Un: Euros

**Gráfico 8**

**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO**



No que concerne à evolução da dívida de curto prazo, é também visível uma clara tendência decrescente no final deste primeiro semestre de 2014, fruto do resultado obtido de 4.823.367 €, que espelha uma redução que ultrapassa os (-) 3,9 milhões de euros face ao ano transato.

Em termos globais, no período compreendido entre 2008 e 2014 resulta uma diminuição da dívida de curto prazo superior a 21,8 milhões de euros, ao ver o seu valor de 26.638.183 € reduzido para apenas 4.823.367 €

No que reporta ao comportamento de cada uma das suas componentes, em regra, quer quanto a fornecedores - conta corrente e imobilizado -, quer quanto a outros credores, mantém-se a mesma orientação decrescente, sendo que, se os patamares anuais de redução se manifestaram mais significativamente entre 2008 e 2012, atingido o seu máximo na gerência de 2009, tornaram-se menos expressivos em 2013, voltando a assumir maior materialidade neste primeiro semestre de 2014, inteiramente devido à influência da rubrica de Fornecedores de Imobilizado.

No período em apreço, a redução espelhada pela dívida de curto prazo em relação ao final do ano de 2013 é inteiramente imputável ao decréscimo da dívida aos fornecedores de imobilizado, que apresenta menos (-) 4.476.349 €, considerando que as outras duas componentes - fornecedores c/c e outros credores – assinalam um acréscimo.

Com efeito, a dívida a Fornecedores de Imobilizado, ao totalizar apenas 381.487 € a 30 de junho de 2014, é determinante para o comportamento decrescente da rubrica mãe.

Relativamente à rubrica de “Fornecedores conta corrente”, verifica-se que o valor de 877.406 € apurado no final deste primeiro semestre de 2014 traduz um acréscimo de (+) 370.169 €, face ao ano anterior.

Contudo, regista-se que este valor se reporta a faturação emitida em datas próximas do final do mês de junho, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida. Pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado à cadência mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 25 dias.

Note-se ainda que a administração central apresenta uma dívida total para com a Autarquia de 869.741 €, dos quais 525.587 € respeitam a investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados, enquanto 344.154 € se referem a comparticipações de carácter corrente na área da educação, cuja despesa de ambas as naturezas – capital e corrente – já se encontra integralmente paga.

Quanto ao agregado de “Outros credores”, com o valor total de 3.564.473 €, assume-se no período, uma vez mais, como o mais relevante no cômputo geral da dívida de curto prazo, com um peso a rondar os 74%.

Neste âmbito, assinala-se que a quase totalidade da dívida se refere a Credores de Transferências das Autarquias, em que o maior valor respeita a uma dívida de 3.171.289 € de comparticipações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral, com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Sobre o cumprimento legal quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, realça-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

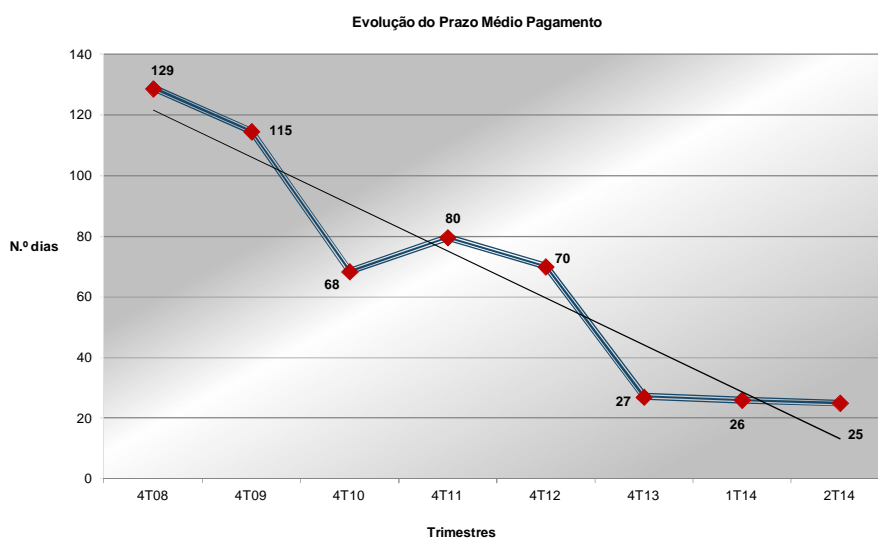
Em relação ao prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de junho de 2014 é de 25 dias, verifica-se que permanece em níveis francamente satisfatórios.

**Quadro 20**

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	1T14	2T14
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DP_i}{\sum_{i=1}^n A_i} \times 365$	129	115	68	80	70	27	26	25

(\*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

**Gráfico 9**



## **ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU**

Atentas as implicações em matéria de endividamento municipal numa lógica de grupo municipal, decorrentes do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, importa que se faça uma nota prévia às principais alterações introduzidas.

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Com esta alteração do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Outra das alterações significantes ao endividamento refere - se ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da Recuperação Financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Assim, para estes casos, foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos.

As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

## LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

**Quadro 21**

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2011	2012	2013
<b>Município (+)</b>	56.020.745	56.928.774	53.881.244
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-629.741	-484.560	-427.416
<b>SMAS (+)</b>	16.364.851	15.531.132	15.269.867
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-631.582	-484.616	-427.474
<b>Total da Receita Cobrada Líquida</b>	<b>71.124.273</b>	<b>71.490.731</b>	<b>68.296.221</b>
<b>Média dos últimos três anos</b>		<b>70.303.742</b>	
<b>Limite da Dívida Total &lt;=</b>		<b>105.455.612</b>	

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

*“1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”*

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano do Município, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzida da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados, em cada um dos anos.

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

*“b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”*



### **ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS**

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.

Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo;

- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.os 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.

Neste caso tais entidades apenas relevam em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma. Acresce, ainda, que a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que “*Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.*”.

No Quadro 22 sistematiza-se informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

## Quadro 22

ENTIDADES PARTICIPADAS	
1.º Semestre de 2014	
Identificação	% Participação
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados</b>	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100,00%
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais</b>	
Lipor	10,54%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	12,50%
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	
<b>Empresas Locais e Participadas</b>	
<b>Empresas Locais</b>	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100,00%
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (1)	100,00%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	51,00%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%
<b>Empresas Participadas</b>	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	0,22%
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	0,24%
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, E.M.T., S.A.	0,06%
Hospital do Lido, S.A.	10,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A. (2)	2,71%
Águas do Noroeste, S.A. (2)	2,10%
Metro do Porto, S.A. (2)	0,001%
<b>Cooperativas e Fundações</b>	
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100,00%
Fundação do Desporto	3,86%
Fundação da Juventude	1,50%
<b>Entidades de outras naturezas</b>	
FEI Maialmo	100,00%
FEI Maialgo	100,00%
FIP Raça Maior	100,00%

(1) Foi encetado o processo de dissolução (liquidação), a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, com aprovação dos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de dezembro 2012 respetivamente.

(2) Setor Empresarial do Estado

No cômputo geral das entidades acima identificadas e participadas pelo município, de acordo com o novo conceito, no final do primeiro semestre de 2014, com exceção das empresas abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Douro e Paiva, S.A., Águas do Noroeste, S.A., e Metro do Porto, S.A.,

todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações não orçamentais do município – grupo municipal.

Note-se porém que, em face do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, porquanto o endividamento das empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais.

Aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas.

**Quadro 23**

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
EMPRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
<b>Empresas locais:</b>	
Academia das Artes	100,00%
Tecmaia	51,00%
Municipia	4,64%
<b>Empresas participadas:</b>	
Net	0,22%
Primus	0,06%
Hospital Lيدador	10,00%

Em relação à empresa municipal Academia das Artes, cujo processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de Dezembro de 2012, respetivamente, assinala-se que ainda permanece registada patrimonialmente a sua participação, uma vez que não está integralmente concluído este processo de dissolução e a sua consequente extinção, de forma a legitimar tal atualização em termos de registo comercial.

## APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

No apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

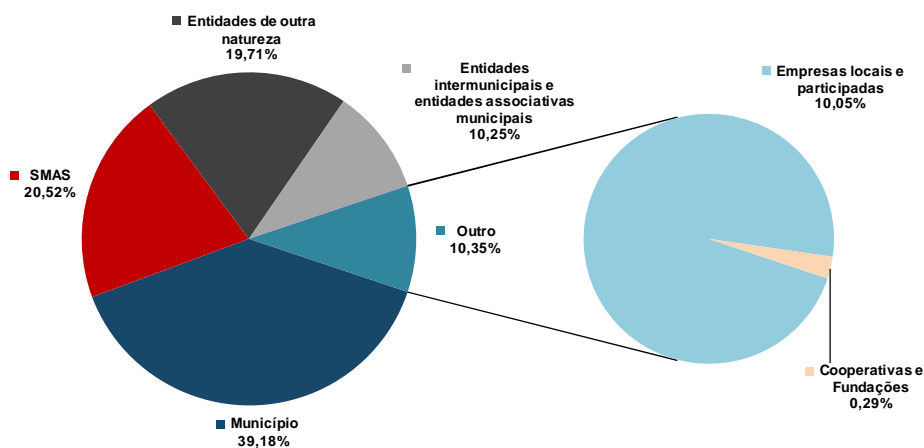
**Quadro 24**

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	
1.º Semestre de 2014	
Identificação	Contribuição
<b>Município (1)</b>	<b>38.184.289</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>	<b>20.000.018</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	20.000.018
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>	<b>9.989.090</b>
Lipor	9.859.054
Área Metropolitana Porto	1.580
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	114.064
AdePorto - Agência de Energia do Porto	8.201
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	1.801
MaiaNova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	4.389
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento	0
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>	<b>9.796.158</b>
Academia das Artes	250.199
Tecmaia	9.337.564
Municipia	81.750
Net	630
Primus	9
Hospital Lيدador	126.006
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>	<b>287.453</b>
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	1.536
Fundação do Conservatório de Música	219.193
Fundação do Desporto	9.112
Fundação da Juventude	57.613
<b>Entidades de outra natureza (6)</b>	<b>19.210.610</b>
FII Maialmo	6.496.592
FII MaiaGolfe	9.068.740
FII Praça Maior	3.645.278
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)</b>	<b>97.467.618</b>
<b>LIMITE LEGAL (8)</b>	<b>105.455.612</b>
<b>MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)</b>	<b>-7.987.994</b>
<b>MARGEM UTILIZÁVEL (alinea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%</b>	<b>53.018</b>
<b>TOTAL DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL A 31 DEZEMBRO 2013 (11)</b>	<b>105.190.520</b>
<b>MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]</b>	<b>7.775.920</b>

Un: Euros

**Gráfico 10**

**CONTRIBUTO POR NATUREZA DE ENTIDADE**



Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 30 de junho de 2014 a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – ascende a 97.467.618 €, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 7.987.994 €

Com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal, insere-se o Quadro 25 demonstrativo da dívida total de operações orçamentais diferenciada em função do seu grau de exigibilidade.

## Quadro 25

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
1.º Semestre de 2014				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
(a)	(b)	(c)	(d) = (b)+(c)	
<b>Município (1)</b>	<b>100%</b>	<b>33.323.558</b>	<b>4.860.731</b>	<b>38.184.289</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>		<b>19.271.283</b>	<b>728.734</b>	<b>20.000.018</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	19.271.283	728.734	20.000.018
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>		<b>8.512.742</b>	<b>1.476.347</b>	<b>9.989.089</b>
Lipor	10,54%	8.436.118	1422.936	9.859.054
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	1580	1580
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,95%	76.624	37.440	114.064
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,08%	0	8.201	8.201
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%	0	1801	1801
MaiaNova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	12,50%	0	4.389	4.389
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento			0	0
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>		<b>2.161.051</b>	<b>7.635.107</b>	<b>9.796.158</b>
Academia das Artes	100%	0	250.199	250.199
Tecmaia	51%	2.141.352	7.196.211	9.337.564
Município	4,64%	19.699	62.052	81.750
Net	0,22%	0	630	630
Primus	0,06%	0	9	9
Hospital Lido	10%	0	126.006	126.006
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>		<b>28.489</b>	<b>258.964</b>	<b>287.453</b>
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia	13,33%	0	1536	1536
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	219.193	219.193
Fundação do Desporto	3,86%	0	9.112	9.112
Fundação da Juventude	150%	28.489	29.124	57.613
<b>Entidades de outra natureza (6)</b>		<b>17.025.890</b>	<b>2.184.721</b>	<b>19.210.611</b>
FEI Maialmo	100%	6.252.729	243.863	6.496.592
FEI Maialgoife	100%	8.345.160	723.580	9.068.741
FEI Praça Maior	100%	2.428.000	121.728	3.645.278
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL</b>		<b>80.323.014</b>	<b>17.144.605</b>	<b>97.467.618</b>
<b>(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)</b>				

Un: Euros

## Gráfico 11

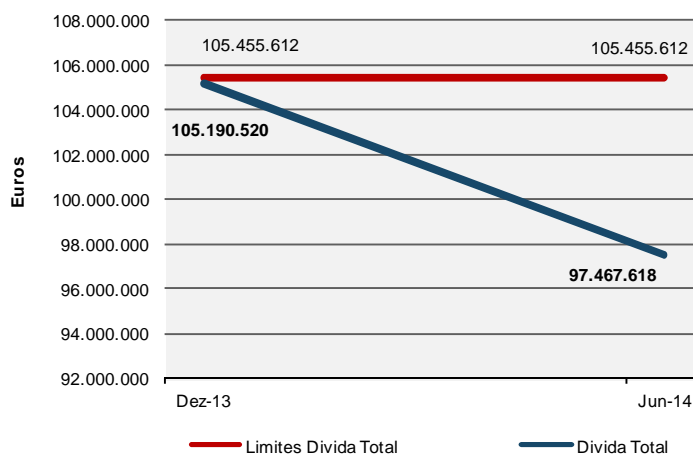
### PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE



Os gráficos seguintes ilustram, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

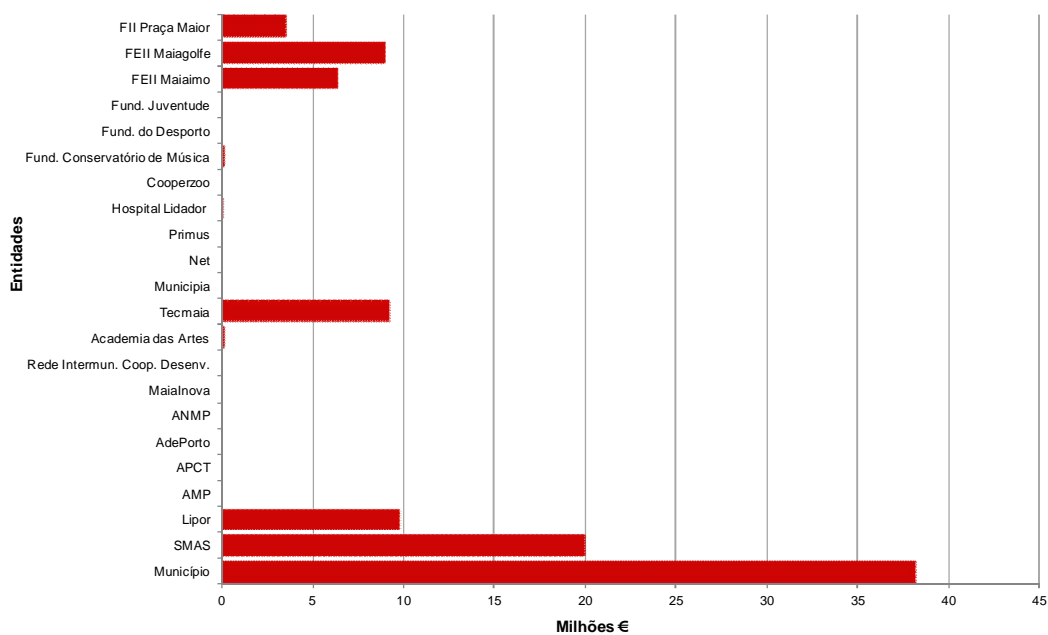
**Gráfico 12**

**DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL**  
**Posicionamento face aos limites legais a 30/06/2014**



**Gráfico 13**

**DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL - Contributo das Entidades a 30/06/2014**





2  
0  
1  
4

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



O capítulo que se desenvolve seguidamente incide, no essencial, sobre a apreciação da situação económica e financeira do Município da Maia à data de 30 de junho de 2014, tendo como objetivo uma análise da evolução económico-financeira, em termos de balanço, através da comparação dos saldos do primeiro semestre de 2014 com os valores evidenciados no final do exercício de 2013.

Ao nível da demonstração de resultados, a comparação é efetuada relativamente a período homólogo, ou seja, ao primeiro semestre de 2013.

Não obstante os documentos de prestação de contas apresentados não terem a profundidade nem a extensão da informação prestada no final de cada ano, os princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes correspondem aos aplicados no final do exercício.



2  
0  
1  
4

BALANÇO

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

A análise económico-financeira inicia-se com a apresentação do balanço, em cuja peça contabilística se inscreve o conjunto das rubricas relativas aos bens, direitos e obrigações, e se reflete a posição económico-financeira do Município da Maia em 30 de junho de 2014, assim como a respetiva evolução patrimonial, utilizando para isso os dados de encerramento de exercício do ano de 2013.

A apreciação é efetuada tendo como referência os valores líquidos, isto é, valores abatidos das amortizações e provisões, apurados nos respetivos períodos, 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

**Quadro 26**

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	Junho 14		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo Líquido</b>	<b>418.303.480</b>	<b>100,00%</b>	<b>426.136.650</b>	<b>100,00%</b>	<b>-7.833.170</b>	<b>-1,84%</b>
Imobilizado	403.093.335	96,36%	409.418.402	96,08%	-6.325.067	-1,54%
Circulante						
Existências	452.079	0,11%	415.770	0,10%	36.308	8,73%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.925.751	1,42%	2.840.460	0,67%	3.085.291	108,62%
Disponibilidades	6.118.480	1,46%	10.715.374	2,51%	-4.596.893	-42,90%
Acréscimos e Diferimentos	2.713.836	0,65%	2.746.645	0,64%	-32.809	-1,19%
<b>Passivo</b>	<b>112.771.471</b>	<b>100,00%</b>	<b>122.688.109</b>	<b>100,00%</b>	<b>-9.916.638</b>	<b>-8,08%</b>
Provisões para riscos e encargos	4.855.200	4,31%	4.670.054	3,81%	185.147	3,96%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	27.357.222	24,26%	29.717.086	24,22%	-2.359.864	-7,94%
Curto Prazo	14.994.667	13,30%	20.304.318	16,55%	-5.309.650	-26,15%
Acréscimos e Diferimentos	65.564.381	58,14%	67.996.651	55,42%	-2.432.270	-3,58%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>305.532.009</b>	<b>100,00%</b>	<b>303.448.541</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.083.468</b>	<b>0,69%</b>
Património	303.344.825	99,28%	302.863.662	99,81%	481.164	0,16%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-3.240.218	-1,06%	-3.087.490	-1,02%	-152.728	4,95%
Reservas	18.178.862	5,95%	18.170.494	5,99%	8.368	0,05%
Resultados Transitados	-14.498.124	-4,75%	-7.074.935	-2,33%	-7.423.189	104,92%
Resultado Líquido do Exercício	1.746.665	0,57%	-7.423.189	-2,45%	9.169.854	-123,53%

Un.: Euros

## ATIVO

A 30 de junho de 2014, o Ativo Líquido Total do Município ascende a 418.303.480 €, sendo predominantemente constituído pelo Imobilizado, que ao somar o montante de 403.093.335 € é responsável por 96,36 % daquele total.

Com relativa expressividade, inclui-se o ativo circulante, com um valor global de 12.496.310 €, e os Acréscimos e Diferimentos, que atingiram 2.713.836 €.

## Imobilizado

Tendo como objetivo uma apreciação de maior detalhe aos diferentes agrupamentos de imobilizado, incluir-se quadro demonstrativo, quer da natureza de cada agrupamento e respetivos valores, quer da variação ocorrida em 30 de junho de 2014 face ao final do transato ano 2013.

## Quadro 27

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2014/2013						
Rubricas						
	Junho 14	%	2013	%	Variação %	Variação Absoluta
<b>Bens de Domínio Público</b>	101405.809	25,16%	104.859.821	25,61%	-3,29%	-3.454.012
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	689.767	0,17%	726.631	0,18%	-5,07%	-36.864
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	278.362.471	69,06%	280.683.984	68,56%	-0,83%	-2.321.513
<b>Investimentos Financeiros</b>	22.635.287	5,62%	23.147.966	5,65%	-2,21%	-512.679
<b>TOTAL</b>	<b>403.093.335</b>		<b>409.418.402</b>		<b>-1,54%</b>	<b>-6.325.067</b>

Un.: Euros

Fruto da descida de todas as rubricas que o compõem, o Ativo Líquido Imobilizado apresenta uma diminuição conjunta de (-) 6.325.067 €, com materialidade financeira distinta, atenta a representatividade de cada um dos valores parcelares no total da variação.

Desde logo os Bens do Domínio Público, que apresentam uma variação negativa de (-) 3.454.012 €, decorrente das regulares amortizações do correspondente imobilizado. Não fosse o investimento efetuado em vários arruamentos municipais, em cerca de 610.135 €, aquela variação teria sido superior.

As Imobilizações Corpóreas, que figuram no Balanço com 69,06% do total do Imobilizado Líquido, demonstram uma descida na ordem dos (-) 2.321.513 €, por via das amortizações, cujo impacto é mais visível na rubrica de *Edifícios e Outras Construções*, que representa 89% do total da respetiva tipologia de depreciações.

Ainda no que respeita ao imobilizado corpóreo salienta-se o investimento efetuado em edifícios escolares, como já vem sendo apanágio deste Município, o qual atingiu no primeiro semestre de 2014 o montante de 704.951 €

Relativamente aos Investimentos Financeiros, a diminuição de (-) 2,21% resulta da variação dos capitais próprios das empresas cuja participação é detida maioritariamente pelo Município da Maia, conforme se demonstra no Quadro 28, que se segue.

## Quadro 28

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Variação
Partes de capital			30-Jun-14	31-Dez-13	
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	124.699	338.051	310.364	27.687
Academia de Artes da Maia	100%	49.880	0	0	0
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22.938	0	0	-
Empresa Municipal de Ambiente	100%	1496.394	2.639.243	2.738.871	-99.628
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	8.159.831	8.072.372	87.460
MACMAI	100%	149.639	0	0	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	0	187.917	-187.917
<b>Outras Aplicações Financeiras</b>					
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	4.870.252	4.872.904	-2.652
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	319.287	364.784	-45.497
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	3.931.878	4.224.009	-292.131
		<b>33.954.278</b>	<b>20.258.542</b>	<b>20.771.221</b>	<b>-512.679</b>

Un.: Euros

Individualizando a análise das variações ocorridas nos capitais próprios de cada uma das entidades participadas, evidencia-se que, com exceção da Empresa Municipal de Estacionamento, e da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão Património, que apresentam variações positivas de 27.687 € e de 87.460 €, respetivamente, as restantes empresas, ao registarem diminuições nos seus capitais próprios no total de (-) 627.825 €, contribuíram decisivamente para o decréscimo dos Investimentos Financeiros.

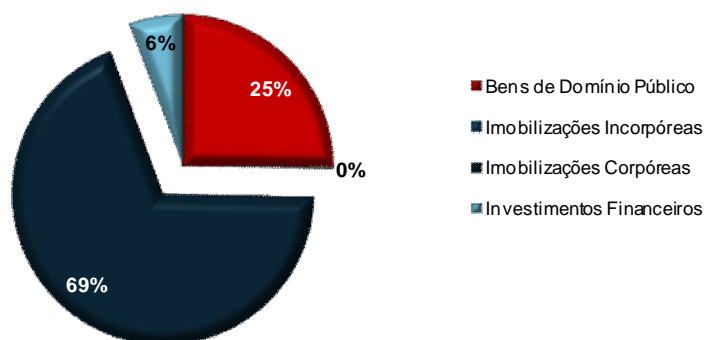
No cômputo geral da diminuição dos capitais próprios, foca-se especialmente as variações dos Fundos de Investimentos Imobiliários, que no seu conjunto perfazem (-) 340.280 €, a par da variação registada na empresa TECMAIA.

Finaliza-se a análise do imobilizado com a referência às Imobilizações Incorpóreas, que continuam a ter uma importância diminuta, ao representarem apenas 0,17% do ativo total.

A apreciação do Ativo Imobilizado finda com a inserção do Gráfico 14, demonstrativo da sua composição no período em referência.

**Gráfico 14**

**Estrutura do Activo Líquido do Imobilizado 2014**



### **Circulante**

O ativo circulante é constituído pelas Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades, e representa 2,99% do Ativo Líquido Total.

A rubrica de disponibilidades é a que tem maior expressividade no ativo circulante, absorvendo 48,96% do seu total, seguindo-se a de dívidas de terceiros – curto prazo, com 47,42%. Ao nível das variações verificadas, registam porém desempenho diferenciado. Com efeito, enquanto as Disponibilidades revelam uma diminuição de (-) 42,90% em relação ao final do ano transato, as dívidas de terceiros – curto prazo oscilam positivamente em (+) 3.085.291 €.

As existências continuam a ter uma representação ínfima no total do ativo circulante, de 0,11%, não exigindo por isso qualquer menção de pormenor.

Pela sua natureza e preponderância, impõe-se que as dívidas de terceiros – curto prazo sejam avaliadas de forma discriminada, razão por que se introduz o Quadro 29, identificativo da sua estrutura e respetivas flutuações, comparativamente a 31 de dezembro de 2013.

**Quadro 29**

DÍVIDAS DE TERCEIROS							
	Junho 14			2013			Variação 2014/2013
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	77.079	0	77.079	68.870	0	68.870	1192%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	3.476.047	0	3.476.047	428.029	0	428.029	712,1%
Clientes/Contrib/Utentes/Deved.Diversos - Cobrança Duvidosa	6.421.324	6.161.893	259.431	6.883.949	6.668.433	215.516	20,38%
Clientes/Contrib./Utentes - Cobrança Duvidosa	4.982.829	4.752.214	230.615	5.428.536	5.254.635	173.901	32,61%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	1.438.495	1.409.679	28.816	1.455.413	1413.798	41615	-30,76%
Estado	0	0	0	7.972	0	7.972	-
Outros Devedores	2.113.193	0	2.113.193	2.120.074	0	2.120.074	-0,32%
Dev. de Transferências para as A. L.	869.741	0	869.741	871.104	0	871.104	-0,16%
Devedores Diversos - Outros	1.243.452	0	1.243.452	1.248.970	0	1.248.970	-0,44%
<b>TOTAL</b>	<b>12.087.644</b>	<b>6.161.893</b>	<b>5.925.751</b>	<b>9.508.893</b>	<b>6.668.433</b>	<b>2.840.460</b>	<b>108,62%</b>

Un.: Euros

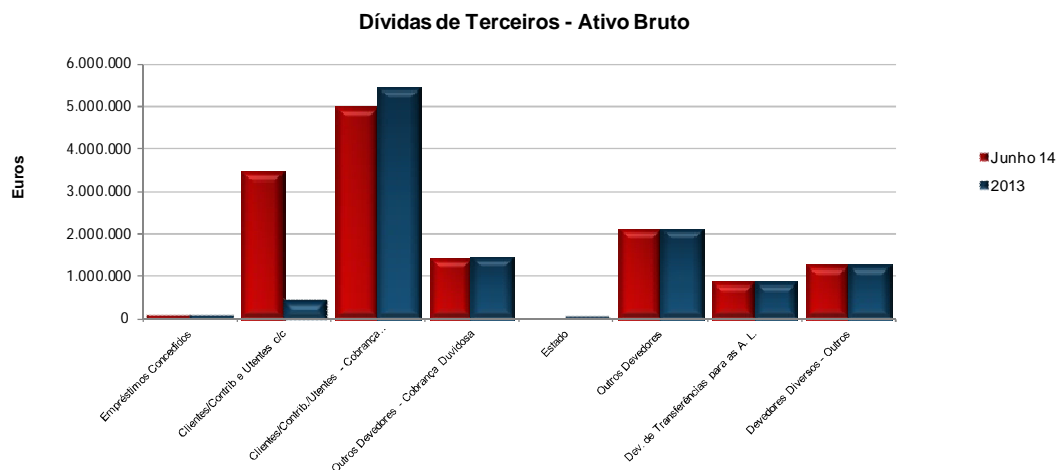
Globalmente, verifica-se um acréscimo considerável das Dívidas de Terceiros, a rondar os 109%, que em termos absolutos corresponde a 3.085.291 €, e que se encontra fortemente influenciado pela rubrica de Clientes, Contribuintes e Utentes c/c, uma vez que esta rubrica aumentou 3.048.018 € no decorrer do primeiro semestre de 2014, face ao total da dívida de igual natureza apurada a 31 de dezembro de 2013.

Tal aumento provém de cobrança de receita associada à emissão de alvarás de licenciamento e de loteamento e respetivas taxas municipais de urbanização, destacando-se individualmente a empresa Siderurgia Nacional - Empresa de Produtos Longos, S.A., que só por si apresenta um débito de 649.912 €

As restantes rubricas que compõem as Dívidas de Terceiros não apresentam oscilações relevantes. De referir apenas as contas de *Clientes, Contribuintes, Utentes e Devedores Diversos - Cobrança Duvidosa*, com variação de 20,38%, mas que em valores representa somente 43.915 €, e os Empréstimos Concedidos com um aumento de 8.210 €, devido à formalização de dois contratos ao abrigo do programa Fenícia.

Como se verifica no Gráfico 15, a componente de *Clientes, Contribuintes, Utentes e Devedores Diversos - Cobrança Duvidosa* é aquela que, em valor bruto, mais peso tem, atingindo em junho de 2014 o montante de 6.421.324 €. Contudo salienta-se que deste montante apenas 259.431 € não se encontram provisionados.

**Gráfico 15**



Para concluir a análise ao ativo circulante, refere-se que as Disponibilidades no final do primeiro semestre de 2014 totalizam 6.118.480 €, dos quais 6.088.334 € resultam de Depósitos em Instituições de Crédito e 30.147 € de Caixa.

A significativa diminuição verificada em Disponibilidades mais concretamente em Depósitos em Instituições de Crédito advém do pagamento de dívidas a fornecedores, cuja temática será analisada com maior detalhe no capítulo do passivo.

### Acréscimos e Diferimentos

A aplicação dos princípios contabilísticos conduz à obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da informação financeira produzida, com o necessário reflexo ao nível do ativo do balanço, através dos proveitos e os custos diferidos, que a 30 de junho de 2013 apresentam a seguinte composição.

**Quadro 30**

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
<b>Acréscimos de Proveitos</b>	<b>2.667.457</b>
Juros a Receber	20.163
Impostos e Taxas	2.097.557
Subsídios Correntes	205.824
Instalações Desportivas	30.732
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	313.179
<b>Custos Diferidos</b>	<b>46.379</b>
Prémios de Seguros	46.156
Rendas Antecipadas	0
Outros Custos Diferidos	223
<b>TOTAL</b>	<b>2.713.836</b>

Un.: Euros

Do total de 2.713.836 € de acréscimos e diferimentos ativos, 2.667.457 € são imputáveis a Acréscimos de Proveitos e 46.379 € provêm de Custos Diferidos.

A rubrica mais significativa continua a ser a de Impostos e Taxas, que por si só representa 78,64% do total de Acréscimos e Diferimentos. Nela encontra-se refletida a receita a arrecadar em julho de 2014, mas cujo proveito é imputável ao antecedente mês de junho, sobressaindo o I.U.C. - Imposto Único de Circulação, com 327.127 €, o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas, com 233.380 €, e o I.M.I – Imposto Municipal sobre Imóveis, com 1531.720 €.

A especialização dos Subsídios Correntes advém do reconhecimento da receita a arrecadar no âmbito dos programas, de Auxílios à Ação Educativa, de Refeições Escolares e de Enriquecimento Curricular, com relevo para os dois últimos, com os valores de 70.068 € e de 114.816 €, respetivamente.

Em Outros Acréscimos de Proveitos, cujo montante atinge 313.179 €, encontra-se substancialmente contabilizada a receita relacionada com o pagamento de refeições escolares por parte dos respetivos encarregados de educação.

## PASSIVO

Sem prejuízo de se reportar para capítulo específico do presente Relatório de Gestão Semestral, uma análise de pormenor à dívida do Município, faz-se uma avaliação condensada do passivo do Município, aludindo às variações mais expressivas e respetivos fundamentos.

A análise do passivo aqui efetuada está relacionada, direta ou indiretamente, com as referências constantes do capítulo específico da dívida do Município, porém passível de eventuais divergências pelo facto de naquele capítulo se atender apenas às operações orçamentais, enquanto aqui se incluem também as operações não orçamentais.

O Passivo a 30 de junho de 2014 apresenta um valor total de 112.771.471 €, mantendo a tendência decrescente verificada nos últimos períodos de reporte financeiro. No semestre em análise regista uma redução de (-) 8,08%, com preponderância nas Dívidas a Terceiros, mas também com proveniência nos Acréscimos e Diferimentos.

O aumento verificado nas Provisões para Riscos e Encargos, cuja rubrica apenas representa 4,31% do total do passivo, reflete sobretudo à criação ou reforço de provisões associadas a entidades participadas pelo Município da Maia, especificamente às empresas, Academia das Artes da Maia, E.E.M., Fundação do Conservatório de Música da Maia e TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., esta última no valor de 112.958 €.

### Dívidas a Terceiros

Dada a sua importância e inerente materialidade financeira, a rubrica de Dívidas a Terceiros será alvo de análise mais aprofundada com o auxílio do Quadro 31 e do Quadro 32, que se inserem.

**Quadro 31**

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	Junho 14	2013	Varição
Dívida de Médio e Longo Prazo	33.323.558	37.180.969	-10,37%
Dívida de Curto Prazo	9.028.331	12.840.435	-29,69%
<b>Total</b>	<b>42.351.890</b>	<b>50.021.404</b>	<b>-15,33%</b>

Un: Euros

No seu conjunto, a Dívida Total a Terceiros revela uma redução de (-) 7.669.515 €, proveniente quer da componente de curto prazo, (-) 3.812.103 €, quer da de Médio e Longo prazo, (-) 3.857.411 €, incluindo-se nesta a dívida de médio e longo prazo exigível a curto prazo.

Concorre de forma especial para a redução da dívida de curto prazo, o pagamento da dívida relacionada com a construção do Parque Urbano de Avioso, facto que determinou a redução dos fornecedores de imobilizado c/c em cerca de (-) 92,15%.

As dívidas de médio e longo prazo, cujo montante de 33.323.558 € representa 79% do total da dívida a terceiros, denotam uma oscilação de (-) 10,37%, sendo que esta redução é mais patente pelo facto de, ao incluir a rubrica de Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo, refletir a variação das amortizações anuais dos empréstimos contratados com o Banco BPI e com o Banco Santander Totta,



que a partir de 2015 reduzem praticamente para metade dos valores anuais pagos até ao ano 2014, de acordo com os respetivos serviços de dívida contratualizados.

Dado que esta natureza de dívida se reporta essencialmente a empréstimos bancários obtidos, demonstra-se assim que o Município no período em análise não contraiu quaisquer empréstimos, remetendo-se apenas ao pagamento das prestações exigidas.

**Quadro 32**

<b>DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO</b>			
<b>Operações Orçamentais</b>	<b>Junho 14</b>	<b>2013</b>	<b>Variação</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.860.731</b>	<b>8.801.886</b>	<b>-44,78%</b>
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	877.406	507.238	72,98%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	381.487	4.857.836	-92,15%
Adiantamento por conta de vendas	8.164	8.164	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	2.553	0	-
Outros Credores	3.561.921	3.399.448	4,78%
<b>Sub-Total</b>	<b>4.860.731</b>	<b>8.801.886</b>	<b>-44,78%</b>
<b>Operações Não Orçamentais</b>	<b>Junho 14</b>	<b>2013</b>	<b>Variação</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.167.600</b>	<b>4.038.549</b>	<b>3,20%</b>
Clientes e Utentes c/ Cauções	1841692	1841564	0,0%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	891683	968.108	-7,89%
Estado e Outros Entes Públicos	445.754	239.690	85,97%
Outros Credores	988.471	989.188	-0,07%
<b>Sub-Total</b>	<b>4.167.600</b>	<b>4.038.549</b>	<b>3,20%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.028.331</b>	<b>12.840.435</b>	<b>-29,69%</b>

Un: Euros

\*A classificação atende à natureza dos empréstimos e não à sua exigibilidade, como retrata o balanço

Da observação ao Quadro 32, retira-se que ao nível das operações orçamentais, a dívida de curto prazo reduziu (-) 44,78%, inteiramente devida à descida verificada em Fornecedores de Imobilizado contrapondo, já que os demais agrupamentos aumentaram ou mantiveram os valores face a 31 de dezembro de 2014.

O aumento verificado na dívida de curto prazo de Fornecedores conta corrente deve-se a faturação emitida pelas entidades externas no final do semestre, cujo processo de registo e de conferência de faturas a efetuar pelos serviços municipais não se compadece com o seu pagamento a 30 de junho de 2014, considerando que se trata de dívida não vencida.

Quanto aos valores constantes de Operações Não Orçamentais, apenas se regista que as mesmas dizem respeito a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

### **Acréscimos e Diferimentos**

Prosseguindo o princípio da especialização dos exercícios, reporta-se nas demonstrações financeiras, no passivo do balanço, as rubricas de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

**Quadro 33**

<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS</b>	
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>3.250.289</b>
Remunerações a Liquidar em 2014/2015	2.700.685
Juros a Liquidar	40.160
Outros Acréscimos de Custos	509.075
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>62.314.092</b>
Rendas:	12.101.310
Processo de antecipação de rendas	10.880.384
Outras rendas	8.176
Direito de Superfície	12.112.750
Subsídios para Investimentos	47.058.760
Outros Proveitos Diferidos	3.154.021
<b>TOTAL</b>	<b>65.564.381</b>

Un:Euros

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 65.564.381 €, correspondendo aos Acréscimos de Custos o valor de 3.250.289 €, e a Proveitos Diferidos o montante de 62.314.092 €.

A expressividade dos Acréscimos de Custos está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em remunerações a liquidar em 2014/2015 e cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor à data de 30 de junho de 2014 em matéria de despesas com pessoal.

Nos Outros Acréscimos de Custos encontram-se reconhecidos os custos inerentes a comunicações, consumos de eletricidade, gás e água e encargos com impostos, no valor total de 509.075 €.

Nos Proveitos Diferidos predomina o valor da especialização dos Subsídios para Investimento, no montante de 47.058.760 €, refletindo as comparticipações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamentos efetuados.

As Rendas refletem fundamentalmente o processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal em 2004, cujo valor oportunamente transferido para o Município é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

## FUNDOS PRÓPRIOS

Quadro 34

FUNDO PATRIMONIAL				
Junho 14				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>51 Património</b>	<b>302.863.662</b>	<b>517.125</b>	<b>35.962</b>	<b>303.344.825</b>
511 Património Inicial	239.333.099	517.125	35.962	239.814.263
511.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
511.2 Correções ao Balanço Inicial	49.442.070	517.125	35.962	49.923.234
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>-3.087.490</b>	<b>0</b>	<b>152.728</b>	<b>-3.240.218</b>
<b>56 Reservas de Reavaliação</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>57 Reservas</b>	<b>18.170.494</b>	<b>10.454</b>	<b>2.086</b>	<b>18.178.862</b>
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	1.411.482	0	0	1.411.482
576 Doações	4.644.436	10.454	2.086	4.652.804
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.123.267	0	0	2.123.267
578 Cedências	3.489.054	0	0	3.489.054
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
<b>59 Resultados Transitados</b>	<b>-7.074.936</b>	<b>0</b>	<b>7.423.189</b>	<b>-14.498.125</b>
<b>88 Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-7.423.189</b>	<b>7.423.189</b>	<b>-1.746.665</b>	<b>1.746.665</b>
<b>Totais</b>	<b>303.448.541</b>	<b>7.950.768</b>	<b>5.867.300</b>	<b>305.532.008</b>

Un: Euros

Em 30 de junho de 2014, os Fundos Próprios totalizam 305.532.008 €, o que denota um acréscimo de 2.083.467 € (0,69%), quando comparado com o valor apurado no final do ano anterior.

A variação acima referida tem primordial fundamento no resultado líquido positivo apurado a 30 de junho de 2014, de 1.746.665 €, contribuindo também de forma positiva as correções ao Balanço Inicial no montante de (+) 481.164 €, estas essencialmente devidas à regularização de bens domínio público.

Sinaliza-se a contabilização de 152.728 € a título de “Ajustamentos de partes de capital em empresas”, referentes aos ajustamentos efetuados nos investimentos financeiros detidos pelo Município, das entidades TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., e Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M., tendo em conta o valor dos seus capitais próprios a 30 de junho de 2014.

Os demais valores contabilizados no Fundo Patrimonial durante o primeiro semestre de 2014 têm uma expressão financeira meramente residual.



2  
0  
1  
4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

**Quadro 35**

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
	<b>Junho 14</b>	<b>Junho 13</b>	<b>Varição</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	418.676	348.245	20,22%
Fornecimento e Serviços Externos	7.169.345	6.704.912	6,93%
Custos com Pessoal	9.713.012	10.851.583	-10,49%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1574.107	2.359.557	-33,29%
Amortizações do Exercício	8.089.801	8.149.514	-0,73%
Provisões do Exercício	0	501.303	-100,00%
Outros Custos e Perdas Operacionais	44.839	69.477	-35,46%
<b>(A)</b>	<b>27.009.780</b>	<b>28.984.591</b>	<b>-6,81%</b>
Custos e Perdas Financeiras	1.169.440	1.243.133	-5,93%
<b>(C)</b>	<b>28.179.220</b>	<b>30.227.724</b>	<b>-6,78%</b>
Custos e Perdas Extraordinárias	1.573.489	515.802	205,06%
<b>(E)</b>	<b>29.752.710</b>	<b>30.743.526</b>	<b>-3,22%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.746.665</b>	<b>-1.682.417</b>	<b>-203,82%</b>
	<b>31.499.374</b>	<b>29.061.109</b>	<b>8,39%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e Prestação de Serviços	2.980.689	2.671.399	11,58%
Impostos e Taxas	19.071.183	15.885.923	20,05%
Proveitos Suplementares	17.276	35.597	-51,47%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.229.776	7.713.623	-6,27%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	5.484	10.662	-48,56%
<b>(B)</b>	<b>29.304.409</b>	<b>26.317.204</b>	<b>11,35%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	302.426	428.149	-29,36%
<b>(D)</b>	<b>29.606.835</b>	<b>26.745.352</b>	<b>10,70%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.892.540	2.315.757	-18,28%
<b>(F)</b>	<b>31.499.374</b>	<b>29.061.109</b>	<b>8,39%</b>
<b>RESUMO</b>			
<b>Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões</b>	<b>10.384.430</b>	<b>5.983.429</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)</b>	<b>2.294.629</b>	<b>-2.667.387</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)</b>	<b>-867.015</b>	<b>-814.985</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Correntes: (D-C)</b>	<b>1.427.614</b>	<b>-3.482.372</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Líquido do Exercício:</b>	<b>1.746.665</b>	<b>-1.682.417</b>	<b>-</b>

Un.:Euros

Contrariando a tendência constatada no transato ano 2013, a Demonstração de Resultados exibe um resultado líquido positivo no valor de 1.746.665 €, o que representa, face ao período homólogo, uma variação de 3.429.082 €

Da análise detalhada do Quadro 35, conclui-se que são os Resultados Operacionais que determinam o bom posicionamento do resultado líquido apurado no primeiro semestre de 2014. Com efeito, comparativamente a 30 de junho de 2013, os Resultados Operacionais após amortizações e provisões exibem um acentuado aumento, no valor de 4.962.016 €

Para aquela variação concorreu, por um lado, a diminuição dos Custos Operacionais, com impacto mais evidentes nos custos com pessoal, (-) 1.138.572 €, que refletem as reduções salariais impostas pela Lei do Orçamento de Estado para 2014, e, por outro lado, o aumento dos Proveitos Operacionais, estes com especial relevância para o acréscimo de 3.185.260 € na rubrica de Imposto e Taxas.

Relativamente aos custos com pessoal, salienta-se ainda que na sequência da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional no mês de maio de 2014, os valores salariais foram repostos sem qualquer redução, com reflexo a partir do subsequente mês de junho.

A contribuir também de forma significativa para a diminuição dos Custos Operacionais, surgem os custos com as Transferências e Subsídios Correntes Concedido, que, comparativamente a 30 de junho de 2013, decresceram (-) 785.450 €, cuja oscilação é sobretudo originária nas transferências para as Empresas Municipais, que em 2014 atingem o montante de 121.296 €, totalmente indexados ao contrato-programa celebrado com a Empresa Espaço Municipal, com vista à realização de obras de conservação de caráter extraordinário nos empreendimentos municipais de habitação social, enquanto no período homólogo aquele custo atingiu o montante de 1.049.991 €, destacando-se 700.000 € para a empresa Maiambiente, ao abrigo do respetivo Contrato de Gestão.

Regista-se ainda a diminuição dos custos com Provisões do Exercício, em (-) 100%, uma vez que no período em análise não se registou nenhum movimento contabilístico daquela natureza, o que denota a desnecessidade de reforço do valor anteriormente provisionado, quer quanto a processos judiciais em curso, quer em relação a dívidas de cobrança duvidosa, tendo-se inclusivamente reduzido essas provisões, como se verá mais adiante aquando da análise dos proveitos operacionais.

Inversamente, os custos com Fornecimentos e Serviços Externos e com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas registam um acréscimo conjunto de 534.864 €, com maior relevância na primeira das referidas rubricas, cujo valor por si só atinge 464.433 €. Para o acréscimo dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos contribuíram de forma mais relevante, não só os encargos com a iluminação pública, (+) 132.415 €, e com o fornecimento de gás, (+) 60.577 €, refletindo o aumento imposto pelas entidades reguladoras a partir de janeiro de 2014, mas também os encargos com trabalhos especializados, (+) 174.740 €, e rendas e alugueres, (+) 69.110 €, os quais se deveram, essencialmente, a serviços prestados no âmbito da organização dos eventos “Maia Capital Europeia do Desporto” e “Festival de Música da Maia”.

Do lado dos Proveitos Operacionais, como se referiu inicialmente, assume principal preponderância o acréscimo verificado na rubrica de Impostos e Taxas, no montante de 3.185.260 €, onde se salientam as variações de 1.892.993 € e de 749.885 €, com origem nas Taxas Municipais de Infraestruturas Urbanísticas (TMU) e da Compensação pela não cedência de áreas, respetivamente. No que a Impostos Diretos respeita, regista-se de igual forma um incremento de 537.945 €, especialmente procedente no Imposto Municipal sobre Imóveis, que aumentou 862.040 €, e na Derrama, que aumentou 950.974 €, já que o Imposto Único de Circulação e o Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis se fixaram em (-) 172.650 € e (-) 882.890 €, respetivamente.

Os restantes agrupamento de Imposto e Taxas apresentam oscilações cuja materialidade não exige análise aprofundada.

Concorre ainda para o acréscimo dos Proveitos Operacionais, a rubrica de Vendas e Prestação de Serviços, que apresenta uma oscilação positiva, na ordem dos 11,58%, (+) 309.290 €, com origem na cobrança de receita associada ao fornecimento de refeições escolares, que aumentou em cerca de (+) 189.913 €, e à componente Ação Social Escolar que contempla os serviços de educação (CAF e SAF), que cresceu (+) 107.474 €

Tendência inversa ocorre nas Transferências e Subsídios Obtidos, (-) 483.847 €, devido, principalmente, à diminuição dos proveitos relacionados com a Participação no IRS, (-) 151.890 €, e com o Programa de

Enriquecimento Curricular participado pela DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, (-) 357.330 €

Abordando-se seguidamente os Resultados Financeiros, regista-se que os mesmos revelam no final do primeiro semestre de 2014 uma ligeira diminuição de (-) 52.030 €, comparativamente ao período homólogo, em consequência da redução dos custos financeiros em (-) 73.693 €, que não foi suficiente para absorver a quebra verificada em todos os agrupamentos dos proveitos, no total de (-) 125.723 €

Para a referida quebra de proveitos concorreram, sobretudo, os Ganhos em Entidades Participadas em (-) 52.478 €, que refletem os resultados líquidos das entidades maioritariamente participadas pelo Município, Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., Maiambiente, E.M. e Espaço Municipal, E.M., bem como os Rendimentos de Participações de Capital, referentes a dividendos de entidades participadas, que reduziram (-) 52.453 €

Do lado dos Custos Financeiros, destaca-se a diminuição dos juros suportados com empréstimos bancários, (-) 25,60%, a que equivale o quantitativo de 146.473 €, para além das Provisões para Aplicações Financeiras, que ao não registarem nenhum valor em 2014, traduzem um decréscimo de (-) 100% face ao valor contabilizado no primeiro semestre de 2013, de 186.088 €

Por outro lado, verifica-se um aumento de (+) 256.517 € na rubrica de Perdas em Entidades Participadas relativamente ao primeiro semestre do ano transato, que no período em análise atinge o montante de 732.314 €, reflexo dos resultados líquidos negativos dos Fundos de Investimento Imobiliário, da Academia de Artes da Maia, da Fundação do Conservatório de Música da Maia e da Tecmaia.

Por fim, alude-se aos resultados extraordinários, que apesar de se apresentarem positivos, reduzem significativamente comparativamente a período homólogo, em (-) 1.480.905 €

Para o efeito foram determinantes as Correções Relativas a Exercícios Anteriores, cuja variação se situa em 468.083 €, em consequência da regularização de amortizações efetuadas no âmbito da recuperação de empreitadas, nomeadamente de obras do domínio público, bem como da correção de estimativa de receita referente a refeições escolares, esta no valor de 117.255 €

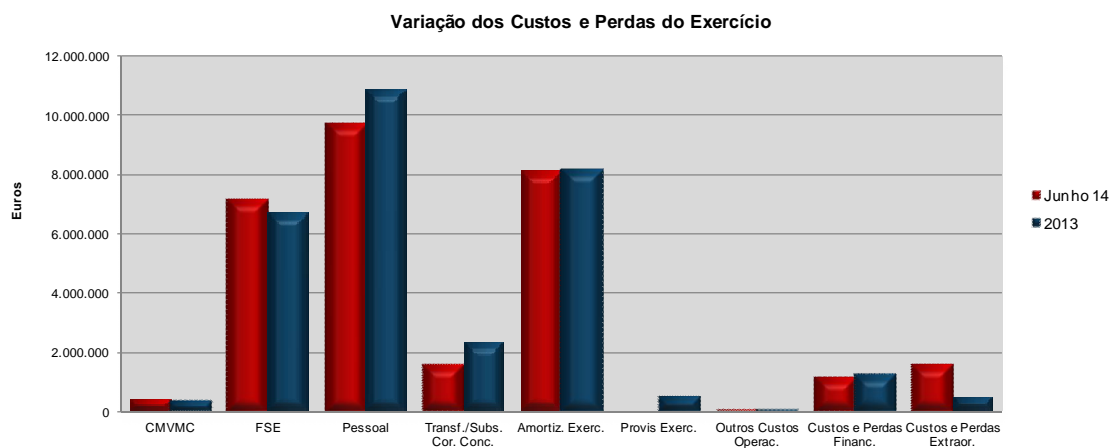
Convergiram igualmente para aquele resultado os Outros Custos e Perdas Extraordinárias, cujo acréscimo de (+) 330.702 € está basicamente fundamentado no montante de 319.248 €, referente à indemnização paga no âmbito de processo de licenciamento anteriormente aprovado pelo Município.

O aumento dos Custos Extraordinários foi ainda influenciado pelas Transferências de Capital Concedidas, que aumentaram (+) 190.420 €, variação essencialmente justificada pelo subsídio atribuído à Associação Atlética de Águas Santas, tendo em vista a comparticipação financeira do Município no custo das obras de substituição da cobertura do Pavilhão Gimnodesportivo daquela coletividade, cujo montante totalizou 196.874 €

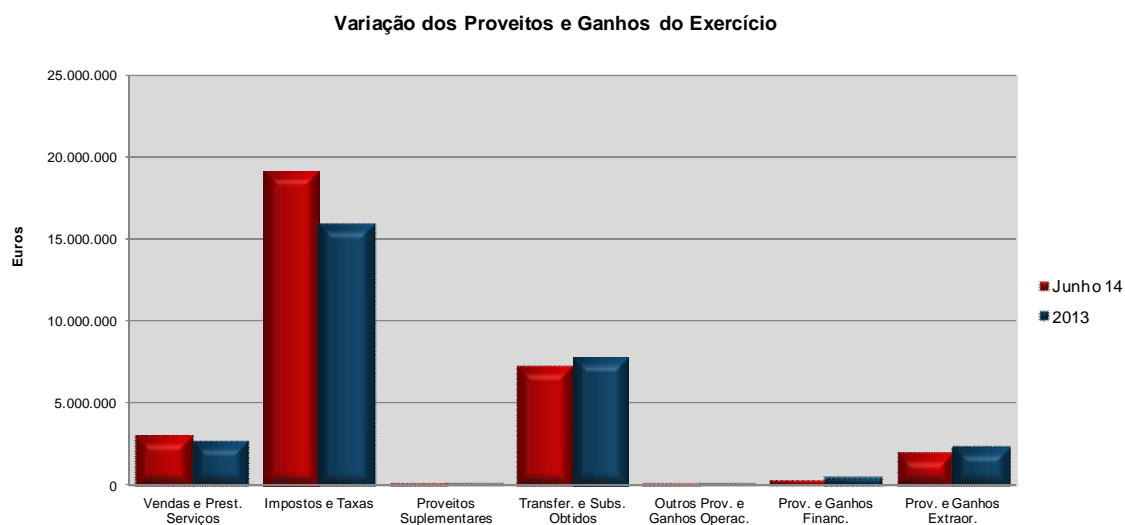
No que respeita aos Proveitos e Ganhos Extraordinários, cuja variação global se fixa em (-) 423.217 €, percentualmente refletida em (-) 18,28%, merece especial referência o decréscimo de (-) 522.912 € verificado na rubrica de Redução de Provisões, relacionadas com Outros Devedores de cobrança duvidosa e Processos Judiciais em Curso, tendo em conta que no período em análise apenas foram contabilizados os valores de 4.120 € e de 41.455 €, respetivamente.

Encerra-se a apreciação do capítulo “Demonstração de Resultados”, com a inserção do Gráfico 16 e do Gráfico 17, que permitem avaliar graficamente as variações ocorridas nos custos e nos proveitos entre os primeiros semestres de 2014 e 2013.

**Gráfico 16**



**Gráfico 17**







2014

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

**BALANÇO**

Junho 14

PAG. 1

**MUNICÍPIO DA MAIA**

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		Junho 14			2013
		AB	A/P	AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>				
451	Bens de domínio público	19.652.477,53		19.652.477,53	19.614.447,45
452	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Edifícios	182.980.167,23	103.973.297,80	79.006.869,43	81.885.725,66
455	Outras construções e infra-estruturas	1.324.707,62	140.634,31	1.184.073,31	1.190.447,48
459	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Outros bens de domínio público	1.562.388,93		1.562.388,93	2.169.200,52
446	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	205.519.741,31	104.113.932,11	101.405.809,20	104.859.821,11
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	1.525.772,12	1.458.957,96	66.814,16	17.573,15
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	43.320,00	43.320,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.661.148,98	1.562.655,81	98.493,17	41.795,40
443	Imobilizações em curso	524.459,85		524.459,85	667.262,85
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		3.754.700,95	3.064.933,77	689.767,18	726.631,40
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	47.231.604,98		47.231.604,98	47.091.328,01
422	Edifícios e outras construções	301.912.540,93	79.483.165,47	222.429.375,46	225.211.293,29
423	Equipamento básico	10.349.310,60	9.359.368,57	989.942,03	1.144.435,95
424	Equipamento de transporte	2.411.354,20	2.251.931,52	159.422,68	94.573,20
425	Ferramentas e utensílios	506.205,85	476.052,70	30.153,15	30.298,94
426	Equipamento administrativo	1.758.466,21	1.736.351,50	22.114,71	27.618,12
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	12.764.085,29	10.195.346,82	2.568.738,47	2.621.849,08
442	Imobilizações em curso	4.181.119,63		4.181.119,63	3.712.587,10
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	750.000,00		750.000,00	750.000,00
		381.864.687,69	103.502.216,58	278.362.471,11	280.683.983,69
	<b>Investimentos financeiros</b>				
411	Partes de capital	13.496.329,78	0,00	13.496.329,78	13.668.728,78
412	Obrigações e títulos de participação	18.539,77	999,56	17.540,21	17.540,21
414	Investimentos em imóveis	0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	9.121.417,08	0,00	9.121.417,08	9.461.696,66
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		22.636.286,63	999,56	22.635.287,07	23.147.965,65
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	396.518,95		396.518,95	360.210,57
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermedios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	55.559,64		55.559,64	55.559,64
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		452.078,59		452.078,59	415.770,21
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos	77.079,43		77.079,43	68.869,54
211	Clientes c/c	45,19		45,19	151,96
212	Contribuintes c/c	3.123.377,10		3.123.377,10	250.573,99
213	Utentes c/c	352.624,89		352.624,89	177.302,79
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4.982.829,30	4.752.214,27	230.615,03	173.901,42
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	7.971,88
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	3.551.688,27	1.409.678,80	2.142.009,47	2.161.688,46
		12.087.644,18	6.161.893,07	5.925.751,11	2.840.460,04
	<b>Títulos negociáveis</b>				
151	Ações	0,00			
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			
153	Títulos de dívida pública	0,00			
159	Outros títulos	0,00			
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			
	<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	6.088.333,79		6.088.333,79	10.406.989,06
11	Caixa	30.146,57		30.146,57	308.384,51
		6.118.480,36		6.118.480,36	10.715.373,57
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	2.667.456,54		2.667.456,54	2.743.844,21
272	Custos diferidos	46.379,08		46.379,08	2.800,34
		2.713.835,62		2.713.835,62	2.746.644,55
	<b>Total de amortizações .....</b>		<b>210.681.082,46</b>		
	<b>Total de provisões .....</b>		<b>6.162.892,63</b>		
	<b>Total do activo .....</b>	<b>635.147.455,33</b>	<b>216.843.975,09</b>	<b>418.303.480,24</b>	<b>426.136.650,22</b>

**BALANÇO**

**Junho 14**  
**PAG. 2**

**MUNICÍPIO DA MAIA**

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		Junho 14	2013
		AB	AL
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	303.344.825,34	302.863.661,83
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-3.240.217,78	-3.087.489,86
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	1.411.481,20	1.411.481,20
576	Doações	4.652.804,61	4.644.436,82
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.123.267,31	2.123.267,31
578	Cedências	3.489.054,26	3.489.054,26
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	-14.498.124,33	-7.074.935,41
88	Resultado líquido em exercício	1.746.664,62	-7.423.188,92
		305.532.009,39	303.448.541,39
	<b>Passivo</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	4.855.200,48	4.670.053,82
		4.855.200,48	4.670.053,82
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)</b>		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	26.987.157,88	29.241.289,42
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	370.064,23	475.796,87
		27.357.222,11	29.717.086,29
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	5.754.870,89	7.252.417,72
269	Adiantamentos por conta de vendas	8.164,26	8.164,26
221+223	Fornecedores c/c	47.672,94	41.389,01
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	829.733,35	465.848,63
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Cientes e utentes c/ cauções	1.841.692,01	1.841.563,66
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
611+2612+2613+261	Fornecedores de imobilizado c/c	1.232.334,70	5.804.382,28
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	40.835,28	21.561,35
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	211.465,28	211.465,28
24	Estado e outros entes públicos	448.306,94	239.689,59
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	4.550.391,84	4.388.636,03
		14.994.667,49	20.304.317,81
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	3.250.289,27	4.375.221,42
274	Proveitos diferidos	62.314.091,50	63.621.429,49
		65.564.380,77	67.996.650,91
		112.771.470,85	122.688.108,83
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>418.303.480,24</b>	<b>426.136.650,22</b>

# DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## MUNICÍPIO DA MAIA

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		Junho 14		Junho 13	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias				
	Matérias	418.675,60	418.675,60	348.244,65	348.244,65
62	Fornecimentos e serviços externos		7.169.345,19		6.704.912,38
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.643.920,41		8.713.865,11	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	16.283,88		9.224,37	
	Outros	2.052.807,35	9.713.011,64	2.128.493,72	10.851.583,20
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		1.574.107,37		2.359.557,03
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		8.089.800,93		8.149.513,82
67	Provisões				501.302,56
65	Outros custos e perdas operacionais		44.839,15		69.477,24
	(A)		27.009.779,88		28.984.590,88
68	Custos e Perdas Financeiras		1.169.440,46		1243.133,30
	(C)		28.179.220,34		30.227.724,18
69	Custos e perdas extraordinárias		1.573.489,49		515.801,62
	(E)		29.752.709,83		30.743.525,80
88	Resultado líquido do exercício		1.746.664,62		-1.682.416,58
			31.499.374,45		29.061.109,22
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas :				
	Mercadorias	743,76		141,45	
	Venda de produtos	373,02		366,23	
	Prestações de Serviços	1.740.063,72		1.407.729,89	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	1.239.508,91	2.980.689,41	1.263.161,56	2.671.399,13
72	Impostos, taxas, Outros		19.071.183,22		15.885.923,29
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		17.276,14		35.597,00
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		7.229.776,04		7.713.622,94
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		5.483,91		10.661,58
	(B)		29.304.408,72		26.317.203,94
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		302.425,85		428.148,52
	(D)		29.606.834,57		26.745.352,46
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.892.539,88		2.315.756,76
	(F)		31.499.374,45		29.061.109,22
<b>Resumo:</b>					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			2.294.628,84		-2.667.386,94
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-867.014,61		-814.984,78
Resultados Correntes:(D)-(C)=			1.427.614,23		-3.482.371,72
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			1.746.664,62		-1.682.416,58

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	Junho 14	Junho 13		Junho 14	Junho 13
681 Juros suportados	425.789,05	572.262,35	781 Juros obtidos	49.832,23	63.786,28
682 Perdas em entidades participadas	732.314,08	475.796,93	782 Ganhos em entidades participadas	145.761,38	198.239,77
683 Amortizações invest. em imóveis	0,00	0,00	783 Rendimentos de imóveis	4.958,06	5.412,83
684 Provisões p/ aplicações financ.	0,00	136.088,36	784 Rendimentos participações capital	55.324,15	107.777,09
685 Diferenças câmbio desfavor.	0,00	0,00	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0,00	0,00	786 Descontos pronto pagat. obtidos	13,89	26,10
688 Outros custos e perdas financ.	11337,33	8.985,66	787 Ganhos na alienação aplic. tesour.	0,00	0,00
<b>Total de Custos Financeiros</b>	<b>1.169.440,46</b>	<b>1.243.133,30</b>	788 Outros proveitos e ganhos financ.	46.536,14	52.906,45
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-867.014,61</b>	<b>-814.984,78</b>	<b>Total de Proveitos Financeiros</b>	<b>302.425,85</b>	<b>428.148,52</b>
<b>Total</b>	<b>302.425,85</b>	<b>428.148,52</b>			

Un: Euros

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS					
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	Junho 14	Junho 13		Junho 14	Junho 13
691 Transferências capital concedidas	641924,08	451504,58	791 Restituição de impostos	0,00	0,00
692 Dívidas incobráveis	0,04	0,00	792 Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 Perdas em existências	0,00	0,00	793 Ganhos em existências	70,32	0,00
694 Perdas em imobilizações	3.552,64	0,00	794 Ganhos em imobilizações	475.204,29	486.081,19
695 Multas e penalidades	0,00	0,00	795 Benefícios de penalidades contr.	149.898,51	212.162,11
696 Aumento de amortiza. Provisões	64.930,97	0,00	796 Reduções de amortiz.e provisões	45.574,91	568.486,85
697 Correções relativas exerc. anteriores	522.141,42	54.058,33	797 Correções relativas exerc. anteriores	363.653,35	217.420,87
698 Outros custos e perdas extraor.	340.940,34	10.238,71	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	858.138,50	831.605,74
<b>Total de Custos Extraordinários</b>	<b>1.573.489,49</b>	<b>515.801,62</b>	<b>Total de Proveitos Extraordinários</b>	<b>1.892.539,88</b>	<b>2.315.756,76</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>319.050,39</b>	<b>1.799.955,14</b>			
<b>Total</b>	<b>1.892.539,88</b>	<b>2.315.756,76</b>			

Un: Euros

The cover features a low-angle photograph of a modern glass skyscraper. A large, dark, stylized graphic of a hand with the index finger pointing upwards is superimposed over the lower half of the building. The right side of the cover is a solid red vertical band.

2  
0  
1  
4

RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



Ao  
Órgão Deliberativo do  
**Município da Maia**  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
4474-006 Maia

Maia, 11 de Setembro de 2014

## **Relatório Síntese de Conclusões Individual – Situação Económica e Financeira a 30-06-2014**

Exmos. Senhores,

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do Artº 77 da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, remetemos a V. Exas. Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2014.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detectadas.

Os dados semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 418.303.480 €; Passivo – 112.771.471 €; Fundos Próprios – 305.532.009 €; Resultado Líquido do Exercício – 1.746.665 €; Despesa Paga – 31.586.361 € e Receita Cobrada – 33.537.241 €.

Município da Maia

## 1 Imobilizações Corpóreas, em Curso e Bens de Domínio Público

Como aspectos relevantes que entendemos levar ao conhecimento de V. Exas. relacionadas com as Demonstrações Financeiras Semestrais, destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado global do Município, incluindo o Incorpóreo e os Investimentos Financeiros, representa, à data de 30-06-2014, cerca de 96% do total do Activo, dos quais 25% são constituídos por Bens do Domínio Público, à semelhança dos anos anteriores;
- ii) Conforme referido nos sucessivos relatórios de Prestação de Contas, o Município desenvolveu um processo de atualização e recuperação de cadastro dos diferentes bens de imobilizado, donde resultaram correcções sucessivas aos Fundos Próprios. À data de 30-06-2014, a diferença entre os valores registados em Imobilizado em Curso na aplicação do Património e na aplicação da Contabilidade ascende a 106.000 €, valor idêntico ao registado no final do ano anterior; e
- iii) Existência de diversas obras sem evolução nos últimos anos, classificadas como obras em curso, no valor global aproximado de 4,6 M €. Salienta-se que caso as obras relacionadas tivessem sido transferidas para imobilizado firme poderiam originar amortizações, com impacto nos resultados, cujo montante à data não conseguimos quantificar com rigor.

## 2 Investimentos Financeiros

2.1 No final do 1º Semestre/2014 e à semelhança do que acontecia em 2013, o Município detém 100% de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados (FEIIF), registados contabilisticamente pelo valor de 9,1 M €, valor equivalente ao capital dos Fundos. Estes fundos apresentam Passivos na ordem dos 19,8 M € (em 31-12-2013 o Passivo ascendia a cerca de 19,3 M €). Considerando a valorização do mercado destes fundos, segundo informação da CMVM, o Município em cumprimento das normas contabilísticas aplicáveis procedeu à desvalorização destes Activos no montante de 340.000 €. De referir, no entanto, que não dispomos de contas auditadas destes fundos com referência ao final do 1º Semestre/2014.





#### Município da Maia

2.2 Em Junho de 2014, à semelhança do que aconteceu em Dezembro/2013, o Município contabilizou as suas participações Financeiras relevantes aplicando o Método da Equivalência Patrimonial, procedimento com a qual concordamos. A aplicação deste Método teve por base contas semestrais das empresas participadas, ainda não aprovadas à data deste relatório (com excepção da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. e da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M. em liquidação).

Adicionalmente, alertamos para o facto dos dados das participadas (com excepção da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. e da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.E.M. em liquidação), terem sido considerados sem a análise do Parecer Semestral do Fiscal Único, contrariando ao que seria aconselhável.

### 3 Fundos Próprios

As variações nos Fundos Próprios entre o final de 2013 e 30-06-2014 devem-se essencialmente à aplicação do Método da Equivalência Patrimonial com impacto negativo nos Capitais Próprios (cerca de 153.000 €), a correcções ao Balanço Inicial (cerca de 480.000 €) e ao Resultado Líquido do período. As alterações entre rubricas contemplam adicionalmente a aplicação do Resultado Líquido negativo do período anterior.

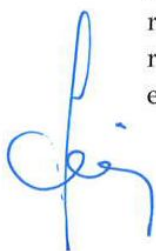
### 4 Fornecedores de Imobilizado e Outros Credores

As duas rubricas representam conjuntamente cerca de 15% do total do Passivo exigível. De realçar a diminuição apresentada nas mesmas em cerca de 4,5 M € face a 31-12-2013, decréscimo este essencialmente justificado pela liquidação dos valores relacionados com a obra do Parque Urbano de Avioso.

### 5 Empréstimos

Trata-se da rubrica do Passivo exigível com maior expressão (representando 77% do total do exigível e 29% do total do Passivo).

Entre 31-12-2013 e 30-06-2014 o Município amortizou um total aproximado de 3.752.000 € de capital em dívida, equivalente a cerca de 10% da rubrica. No período em análise não se registaram quaisquer empréstimos adicionais ou reestruturações de dívida, pelo que a redução apresentada corresponde ao previsto contratualmente com as diferentes entidades bancárias.



Município da Maia

## 6 Impostos e Taxas

É a rubrica de Proveitos mais relevante do Município, representando cerca de 61% do total dos Proveitos do Semestre (no período homólogo representava 55%). Os proveitos associados ao IMI e à derrama registaram um aumento, respectivamente, de 862.000 € e 951.000 €. Os proveitos relacionados ao IMT e ao IUC tiveram um comportamento inverso, ascendendo a diminuição, respectivamente, a 883.000 € e 173.000 €.

Ao nível dos impostos indirectos, o Município apresentou um aumento de cerca de 1.893.000 € face ao período homólogo, justificado essencialmente pela arrecadação de Taxas Municipais de Infraestruturas Urbanísticas (aumento de 1,5 M €, face ao período homólogo) associadas a projectos de grande dimensão (destaca-se a arrecadação de TMU à Siderurgia Nacional no valor de 650.000€) e a taxas por compensação pela não cedência de áreas (cujo aumento ascendeu a cerca de 396.000 € face ao período homólogo).

## 7 Provisões para Riscos e Encargos

De acordo com a informação disponibilizada pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso do Município, o risco associado aos processos existentes à data de 30-06-2014 encontra-se adequadamente mitigado pelo valor provisionado para o efeito, o qual ascende a cerca de 4,4 M €. O montante remanescente registado na rubrica de Provisões para Riscos e Encargos está relacionado com a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial nos Investimentos Financeiros.

## 8 Custos com o Pessoal

Os custos com pessoal representam cerca de 33% do total dos custos do período em análise. Entre períodos homólogos regista-se uma diminuição de cerca de 1,1 M € justificado pelos seguintes factores:

- i) Os dados do 1º Semestre/2013 integram a correcção da estimativa associada às responsabilidades por subsídio de férias não registadas em 2012. Estas responsabilidades que resultaram da declaração de inconstitucionalidade que consta do Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 187/2013, publicado a 22 de Abril, ao serem registadas em 2013, levam a que os valores entre períodos homólogos não sejam directamente comparáveis; e

**Município da Maia**

- ii) Processamento dos cortes salariais entre Janeiro e Maio de 2014, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2014. Em Junho de 2014, resultado da declaração de inconstitucionalidade da medida proferida pelo Tribunal Constitucional em Maio de 2014, o processamento de salários foi efectuado sem esses cortes.

A variação nos custos com pessoal incorpora ainda o aumento das taxas contributivas para a Caixa Geral de Aposentações (em 3,75 pontos percentuais, passando de 20% para 23,75%).

**9 Resultados Extraordinários**

Os Custos Extraordinários representam cerca de 5% do total dos Custos no período e referem-se essencialmente aos seguintes acontecimentos:

- i) Transferências de capital concedidas (cerca de 642.000 €);
- ii) Pagamento de uma indemnização à empresa Balium por perda de área em processo de licenciamento anteriormente aprovado pela Câmara Municipal (cerca de 319.000 €); e
- iii) Correções de anos anteriores associadas aos valores das estimativas de transferência de valores por parte da DREN (cerca de 117.000 €) e à regularização de amortizações de anos anteriores decorrentes do processo de recuperação de empreitadas (cerca de 379.000 €), parte significativa das quais relacionadas com o Balanço Inicial.

**10 Execução Orçamental (final do 1º Semestre/2014)**

Como aspetos mais relevantes destacamos os seguintes:

- i) Receitas Correntes – o nível de execução ascende a cerca de 47%, com especial destaque para os Impostos Diretos (43%), para os Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades que apresentam níveis de execução de cerca de 43% e para a Venda de Bens e Serviços com uma execução de 56%;





**Município da Maia**

- ii) Receitas de Capital – o nível de execução ascende apenas a cerca de 3,8% (executados cerca de 286.000 € para um orçamento anual de 7,5 M €). Para a execução do Semestre contribuíram significativamente as transferências de Capital efetuadas pela Administração Central (cerca de 280.000 €);
- iii) Despesas Correntes – o nível de execução ronda os 47%. Nesta execução destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a cerca de 45% do orçamento anual e para os Juros e outros encargos, cuja execução ascendeu a cerca de 73%; e
- iv) Despesas de Capital – apresentam um nível de execução de 41% (cerca de 10,8 M € face a um orçamento de 26,3 M €).

**11 Endividamento**

A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2014, apresenta uma nova forma de cálculo para o endividamento. De acordo com este diploma, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dos Serviços Municipalizados, das Entidades Intermunicipais e as Entidades Associativas Municipais, das Empresas Locais e Participadas que se encontrem em desequilíbrio de contas, das Cooperativas e Fundações, todas na proporção da participação, bem como das Entidades de Outra Natureza em que haja controlo ou presunção de controlo, não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

À data de 30-06-2014, a dívida total de operações orçamentais do Município (entendido aqui como Grupo Municipal) ascende a 97,5 M €. Ascendendo o limite global estabelecido para a dívida total a 105,5 M€, existe uma folga disponível de aproximadamente 8 M €.



Município da Maia

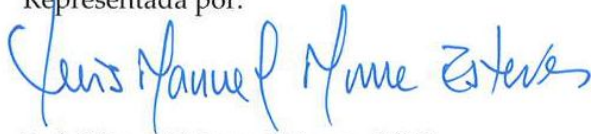
## 12 Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento

O Município possui uns Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS), organismo dotado de autonomia administrativa e financeira, cujos documentos contabilísticos evidenciam, no final do 1º Semestre/2014 um Activo no montante de 68.731.779 €, Fundos Próprios de 30.931.987 €, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 33.184 €, e um Passivo de 37.799.791 €, incluindo neste último Proveitos Diferidos no montante de 15.076.452 €. Neste 1º Semestre/2014, o grau de execução orçamental da receita dos SMEAS atingiu 37,5 % (7.378.116 € num orçamento anual de 19.678.600 €) e a despesa paga ascendeu a 6.941.332 € (representando 35,3 % do valor do orçamento anual). Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas semestrais do Município.

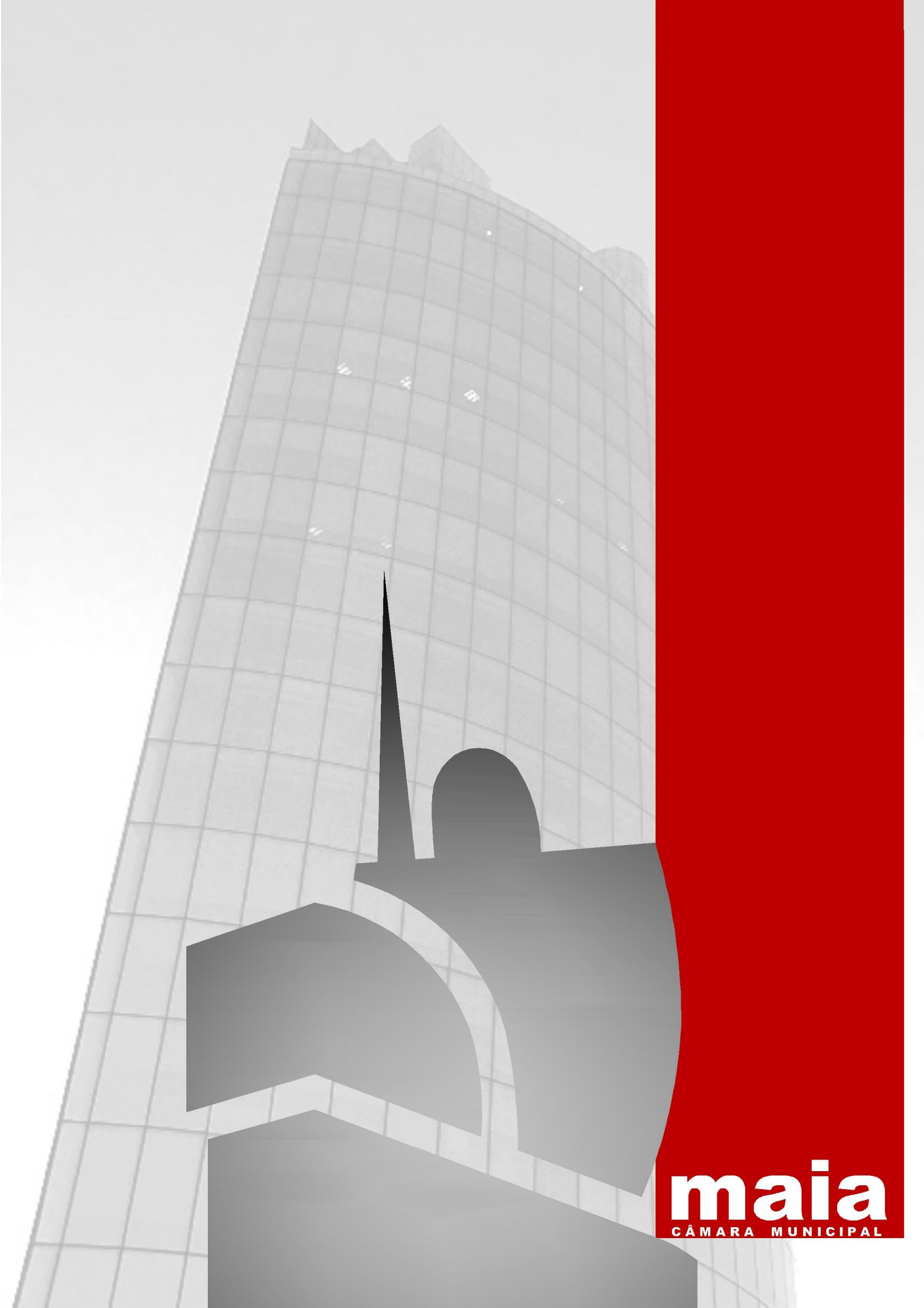
Com os nossos melhores cumprimentos,

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL